

UNIVERSIDADE CRUZEIRO DO SUL
CURSO DE TEOLOGIA

THIERRY WERNECK DOS ANJOS

Fundamentos da fé cristã:
uma abordagem segundo C. S. Lewis

BRASÍLIA/DF
2021

THIERRY WERNECK DOS ANJOS

Fundamentos da fé cristã:
uma abordagem segundo C. S. Lewis

Trabalho desenvolvido para a disciplina Trabalho de Conclusão de Curso III do curso de Bacharelado em Teologia da Universidade Cruzeiro do Sul.

Orientador: Prof. Me. Ademir Junior.

Brasília – DF

2021

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Eliel Nascimento dos Anjos e Liliane Werneck do Anjos que me guiaram pelo caminho da busca pelo conhecimento, me ensinaram os valores da vida e me ajudaram a ser o que sou hoje.

Aos meus irmãos, Lohran e Myllena pelo companheirismo e pelas diversas conversas que me ajudaram a prosseguir durante as dificuldades da vida.

A minha esposa, Letícia Fonseca da Silva que me presenteou com o livro base desta pesquisa, esteve ao meu lado a todo tempo me apoiando e renovando meu ânimo.

Ao meu Orientador Prof. Me. Ademir Júnior que em todo tempo se mostrou solícito e disposto a ajudar nos momentos em que mais precisei.

Ao pastor Paulo que se colocou a disposição para me ajudar e me deu oportunidades para que eu pudesse colocar em prática a teoria aprendida no bacharelado.

A Deus pelo seu maravilhoso amor, sua revelação manifesta na pessoa de Jesus, pela ação do Espírito Santo que conduziu a Igreja levando a Mensagem do Evangelho a todo mundo, a qual um dia pude conhecer, me envolver, fazendo-me morrer para, enfim, com Cristo viver.

“Se o cristianismo não passa de mais um bocado de conselhos, ele não tem importância nenhuma.”

(C. S. Lewis)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar e descrever os pontos fundamentais da fé cristã tendo como base a abordagem feita por C. S. Lewis em seu livro intitulado “No que acreditam os cristãos”, da obra Cristianismo Puro e Simples. Para isso, o trabalho foi dividido em três partes: descrever os principais pontos da fé cristã na perspectiva do autor, apresentar os problemas que esses pontos atraem e identificar as objeções do autor aos argumentos contrários à crença apresentada. Através de procedimentos técnicos bibliográfico e documental com base no método histórico e comparativo, os temas são analisados e descritos a fim de verificar quais são os pontos fundamentais do cristianismo, isto é, a crença comum entre os cristãos de todos os tempos, tendo em vista as muitas divergências presentes na religião aqui estudada, sendo caracterizada por divisões internas, surgindo assim, diversas denominações. Desta forma, o presente trabalho levanta questões não apenas de cunho teológico cristão, mas também dialoga com outras ciências valendo-se de métodos filosóficos a fim de conversar a fé sob uma ótica racional explicativa, visando responder as objeções levantadas à fé cristã. Mesmo com tantas divisões ocorridas no cristianismo no decorrer dos séculos devido a divergências de pensamentos relacionadas a uma crença ou outra, a religião em questão ainda possui um fundamento na qual a igreja se solidifica.

Palavras-chave: Cristianismo. Lewis. Fé. Religião. Objeção.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

1Cor 1ª Coríntios

1Pd 1ª Pedro

2Cor 2ª Coríntios

Ap Apocalipse

At Atos dos apóstolos

BBC British Broadcasting Corporation

Cl Colossenses

cp capítulo

d.C. depois de Cristo

Dt Deuteronômio

Ef Efésios

Ex Êxodo

Hb Carta aos Hebreus

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Jo Evangelho segundo João

Lc Evangelho segundo Lucas

Mc Evangelho segundo Marcos

Mt Evangelho segundo Mateus

Rm Romanos

Tg Tiago

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	10
2.1	FUNDAMENTOS DO CRISTIANISMO.....	10
3	CAPÍTULO I – A FÉ CRISTÃ.....	12
3.1	DEUS E A CRIAÇÃO	14
3.2	DEUS E O MAL.....	15
3.3	DEUS E A HUMANIDADE	18
3.3.1	A resposta de Deus ao mal.....	18
3.3.2	A crença central do cristianismo	25
4	CAPÍTULO II – AS PRINCIPAIS OBJEÇÕES À FÉ CRISTÃ	32
5	CAPÍTULO III – A RESPOSTA CRISTÃ.....	36
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
	REFERÊNCIAS.....	45
	ANEXO A – EXEMPLOS DA LEI NATURAL	48

1 INTRODUÇÃO

O IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) publicou a amostra realizada no censo demográfico de 2010, referente a distribuição da população brasileira residente de acordo com os grupos religiosos, atendendo a um total de 190.755.799 brasileiros.

Na pesquisa realizada por esse Instituto, verificou-se que o Brasil é um país majoritariamente cristão, abrangendo 86% dos brasileiros, sendo 64% católicos e 22% evangélicos.

Sabe-se que o cristianismo no Brasil, além de se dividir entre católicos e evangélicos, ainda apresenta uma subdivisão nessas categorias, sendo os católicos representados pelos apostólicos romanos, apostólicos brasileiros ou ortodoxos. Os evangélicos se ramificam entre os missionários, os pentecostais e os não determinados. Essas ramificações dos evangélicos ainda se submetem a uma outra fragmentação existente entre os tipos de igreja, tendo as missionárias sete igrejas distintas e as pentecostais, doze, conforme aponta a estatística realizada pelo IBGE (2010).

Diante dos dados apresentados, nota-se que o cristianismo, além de ser uma religião de enormes proporções, também se caracteriza pela grande diversificação das muitas denominações existentes.

Segundo C. S. Lewis (2017, p. 11) “As questões que dividem os cristãos entre si muitas vezes envolvem pontos de alta teologia ou mesmo história eclesiástica”, como por exemplo, a infundável discussão a respeito da soteriologia, principalmente aquela exposta pelos pontos calvinistas diante da crença arminiana que, desde o século XVII, iniciada no Sínodo de Dort¹, vem sendo debatida, porém, sem chegar a nenhuma conclusão definitiva (LIMA; SILVEIRA, 2015).

Nessa perspectiva, frente ao vasto número de cristãos espalhados sobre as muitas variantes dessa religião, percebe-se a necessidade de discutir quais são os pontos centrais que fundamentam a fé cristã.

Portanto, questiona-se: diante de tantas denominações divergentes, no que, de fato, os cristãos acreditam?

¹ Segundo Lima e Silveira (2015), o Sínodo de Dort foi uma assembleia realizada em 1618 a 1619, na Holanda, com a finalidade de discutir os cinco artigos publicados na Remonstrância – documento produzido pelos discípulos de Jacobus Arminius – o qual questionava as doutrinas da igreja reformada.

O objetivo geral da presente pesquisa é analisar os pontos centrais da crença cristã. Para isso, serão abordados os assuntos expostos pelo escritor e professor Clive Staples Lewis - também conhecido, simplesmente, como C. S. Lewis - em seu Livro II, tendo por título: “No que acreditam os cristãos”, da obra “Cristianismo Puro e Simples”.

Para tanto, foram expostos os seguintes objetivos específicos: descrever os principais pontos da fé cristã na perspectiva do autor; apresentar os problemas dominantes relacionados a esses pontos e identificar as objeções do autor aos argumentos contrários à crença apresentada.

Parte-se da hipótese de que há um compilado de crenças em comum a todas as denominações cristãs, o qual se apresenta como o firme fundamento que norteia a religião fazendo com que as divergências entre as denominações sejam postas em um plano secundário, pois, se entre as denominações cristãs não há, de modo algum, conformidade em suas crenças, ou seja, tais denominações não partem do mesmo princípio, logo, entende-se que são religiões distintas, não podendo assim, estar em um mesmo bloco conceitual.

Deste modo, para constatar a veracidade da hipótese, realiza-se uma pesquisa de finalidade básica com objetivo descritivo e abordagem qualitativa de caráter exploratório e subjetivo, valendo-se de procedimentos técnicos bibliográfico e documental com base no método histórico e comparativo.

No primeiro capítulo, são descritos os pontos centrais da fé cristã de acordo com C. S. Lewis. São abordados os assuntos a respeito da crença em um Deus bom e justo; a visão cristã de um Deus “separado do mundo”; a criação boa que se corrompeu; além da crença em um poder do mal que se tornou o príncipe deste mundo e, por consequência, influenciou a humanidade a se corromper. Diante dessa narrativa, Deus responde ao problema do mal com ações específicas visando reconciliar a humanidade consigo. Também são abordados temas como a morte e ressurreição, arrependimento, nova vida em Cristo e a intervenção definitiva de Deus no mundo.

No segundo capítulo, são discutidos alguns problemas que se chocam às crenças expostas no capítulo antecedente. São apresentados questionamentos a respeito da bondade e justiça de Deus frente a crueldade e injustiça presente no mundo, além de uma proposta do dualismo para responder ao problema da existência do mal. Ainda sobre a ideia de a maldade ter se tornado o príncipe do universo,

contesta-se a crença cristã da soberana vontade divina. Sobre Jesus, a quem os cristãos atribuem o título de “Filho de Deus”, restam as dúvidas se esse homem seria mesmo um ser divino ou mais um grande mestre da moral; além de apresentar questionamentos sobre o poder de Deus e sua não intervenção definitiva no mundo a fim de exterminar o mal presente.

No terceiro capítulo, são identificadas as objeções do autor aos questionamentos apresentados no capítulo anterior. Discute-se sobre a ideia de justiça; o problema do dualismo; o diálogo entre a existência do mal e a soberana vontade de Deus; a ação divina definitiva no mundo e sua misericórdia; uma abordagem ao tema da “religião inventada” e ao personagem principal do cristianismo: Jesus.

Ao final, conclui-se que os objetivos são atingidos e a indagação anteriormente desenvolvida é respondida com a confirmação da hipótese, indicando e atestando os pontos fundamentais da fé cristã os quais englobam toda a religião, apesar das muitas variantes denominacionais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 FUNDAMENTOS DO CRISTIANISMO

Para realizar uma análise sistemática a respeito dos fundamentos do cristianismo, optou-se pela abordagem teórica de Clive Staples Lewis (1898-1963).

De acordo com Kathleen Norris (Lewis, 2017), durante os anos de 1942 a 1944, no período da II Guerra Mundial, Lewis recebeu um convite da BBC, emissora de rádio britânica, para palestrar acerca dos muitos aspectos da fé cristã, incluindo em que os cristãos acreditam. Essa série de palestras foram compiladas em escritos que, mais tarde, formaram o livro intitulado *Cristianismo Puro e Simples*.

Para Lewis (2017), os fundamentos do cristianismo expostos nesse livro não têm a intenção de legitimar uma denominação específica, mas explicar a crença cristã e defender aquilo que a maioria dos cristãos, de todos os tempos, acreditam.

Observa-se que desde o início do cristianismo há uma posição da igreja para explicar e defender a fé cristã. Ainda por volta dos anos 50 d.C., os líderes cristãos se reuniram em Jerusalém para solucionar uma desavença entre os cristãos de origem judaica e os cristãos helênicos, principalmente da região de Antioquia, na Síria, o qual o primeiro grupo defendia a necessidade da observância integral da Lei de Moisés, enquanto os apóstolos Paulo e Barnabé argumentavam não ser necessário que os cristãos helênicos observassem a Lei (DIEHL, 2019). O texto lucano² de Atos aponta que a solução desta reunião foi a não imposição da lei aos cristãos helênicos; apenas que fossem observadas poucas questões com relação a alimentação e prática sexual imoral (At 15,29).

Alguns séculos mais tarde, já no ano 325, Constantino convocou um concílio na cidade de Niceia para debater acerca das doutrinas arianas, as quais defendiam as teses de que o Logos (ou Filho) de Deus não é eterno, mas ser criado; inferior e de substância dessemelhante a do Pai (DIEHL, 2019). Como resultado do Concílio de Niceia, a doutrina de Ário foi rejeitada tendo por conclusão a redação do Credo Niceno, a qual Eusébio de Cesareia teria apresentado como um texto reelaborado de sua própria confissão de fé com alguns complementos exigidos por Constantino (ALBERIGO, 1995).

No período da Reforma Protestante, entre os anos de 1643 a 1649, os puritanos ingleses convocaram uma Assembleia em Westminster a fim de estabelecer uma

² O termo "lucano" faz referência a Lucas, autor tanto do Evangelho de Lucas quanto do livro de Atos dos Apóstolos.

reforma que há tempos desejavam para a igreja da Inglaterra, como a forma de culto e governo eclesiástico (SHELLEY, 2018). Segundo Shelley (2018), nessa assembleia produziu-se documentos importantes para a história da igreja - como a Confissão de Fé de Westminster, o Catecismo Maior e o Breve Catecismo - utilizados até hoje pelos congregacionalistas ortodoxos e presbiterianos, tornando-se, para os cristãos, uma reunião de relevância histórica.

Como visto, no decorrer da história da igreja houveram diversas reuniões com o intento de discutir e produzir documentos tendo por finalidade resumir sistematicamente as verdades que fundamentam o cristianismo. Segundo Anglada (2013), os credos, as confissões de fé, os catecismos e os cânones são os principais símbolos de fé da religião cristã, os quais, além de serem inevitáveis, se mostram necessários aos propósitos doutrinários, apologéticos, didáticos e eclesiásticos.

A discussão a respeito da fé cristã não ficou limitada apenas no campo teológico, mas também perpassou outras ciências e fora duramente criticada por pensadores como Feuerbach, Freud e Nietzsche; tendo esse último apontado para o cristianismo como uma religião fundamentada em fantasias criadas por pessoas decadentes que negam a vida e difamam o mundo (LIMA, 2015).

Diante das muitas objeções ao cristianismo construídas no decorrer do tempo, Lewis retoma os temas expostos nos símbolos de fé produzidos ao longo dos anos nos diversos concílios, assembleias e reuniões eclesiásticas para explicar a fé cristã e defender sua posição. O objetivo de Lewis não é totalmente apologético, mas observa-se em suas retóricas a necessidade de debater com as ideias opostas à fé produzida no cristianismo.

Por fim, a abordagem de C. S. Lewis aos Fundamentos do Cristianismo auxilia desde os mais recentes na fé cristã até os que caminham por essa religião há longínquos tempos, além de contribuir para a discussão acadêmica entre a teologia e as demais ciências que tomou o assunto por interesse como a filosofia, antropologia, sociologia, entre outras.

3 CAPÍTULO I – A FÉ CRISTÃ

Neste primeiro capítulo, serão abordados os pontos centrais da fé cristã buscando compreender as perspectivas do cristianismo sobre a relação de Deus com o mundo (sua criação), de Deus com o mal, e de Deus com a humanidade. Para isso, este capítulo será subdividido em três etapas com a finalidade de organizar sistematicamente os assuntos relacionados aos temas propostos.

Antes de começar, efetivamente, tratando das questões expostas acima, faz-se necessário uma sucinta explanação do significado da palavra “fé”, já que é justamente ela que irá sustentar todo o pensamento cristão acerca dos diversos conteúdos relativos à sua religião. Afinal, o que é fé?

O professor Alister McGrath (2013) apresenta quatro conceitos alusivos à fé; são eles: (1) Aceitação; (2) Confiança; (3) Compromisso; (4) Obediência.

Segundo McGrath (2013, p. 21), entender fé como aceitação é “crer que determinadas coisas são verdadeiras. ‘Creio em Deus’ significa ‘acredito que existe um Deus’ ou ‘em minha opinião, Deus existe’.”. Esse primeiro conceito, apesar de necessário, apresenta-se como impreciso, tendo por necessidade um complemento que lhe enriqueça em significação. Contudo, para o autor, tal conceito é um ponto de partida essencial, tendo em vista que não é possível iniciar uma discussão a respeito de Deus sem antes, ao menos, crer que exista um Deus. Assim também relata o autor do livro de Hebreus: “Pois aquele que se aproxima de Deus deve crer que ele existe” (Hb 11,6). Esse complemento conceitual pode ser feito a partir de sua segunda definição: Fé significa Confiança.

Para McGrath (2013, p. 23), “ter fé não é apenas acreditar que Deus existe, mas também é estar ancorado a esse Deus e sentir-se seguro por isso”. “Sentir-se seguro” é uma consequência de “estar ancorado”; o ato de se ancorar não é uma aposta gerada pela dúvida, pelo contrário, o bom marinheiro que faz uso da âncora em seu navio, o faz pela certeza da capacidade que este objeto possui. Assim é para o cristão. Sua fé não é resultado de uma suposição intelectual abstrata, mas sim a certeza proveniente de uma relação pessoal que lhe conduziu a uma ação deliberada de confiança em Deus.

John Stackhouse (2018) diz que essa confiança é o elemento essencial da fé bíblica, pois exige uma combinação de fé e ação que está fortemente atrelada a uma relação pessoal. Sendo assim, “a base da fé cristã em Deus é a observação das

palavras e atos desse Deus à medida que ele se relaciona com sua criação e principalmente com seu povo” (STACKHOUSE, 2018, p. 49).

Portanto, a fé como confiança, deixa de ser apenas uma aceitação sobre algo (ou alguém) e passa a ter uma condição prática de relacionamento do cristão para com Deus. Tendo em vista que a fé não é a simples crença irracional, mas tem por característica um envolvimento pessoal com o transcendente, entende-se que essa relação sugere um compromisso das duas partes, o que leva à terceira definição de McGrath: Fé significa Compromisso.

Desde a aliança de Deus com Abraão descrita em Gênesis capítulo 12, faz-se conhecido o compromisso que Deus estabeleceu com sua criação: abençoar todos os povos. A princípio, parece que “Deus limita seu foco redentor a um só homem, uma só nação. Mas o propósito final é trazer bênção *redentora* a toda a criação” (BARTHOLOMEW; GOHEEN, 2017, p. 65-66, grifo nosso). O autor da epístola de Hebreus diz que essa redenção foi garantida por causa do sangue de Jesus (Hb 9,12), e este – Jesus – se tornou o mediador de uma nova aliança (Hb 9,15), a qual não está mais estabelecida em Abraão, mas no próprio Cristo, que reconciliou consigo todas as coisas, conforme afirma o apóstolo Paulo (2Cor 5,19).

Portanto, para McGrath (2013), Deus já demonstrou o seu compromisso para com sua criação quando Jesus morreu na cruz; tendo em vista essa ação divina, a fé deve responder com reciprocidade tal compromisso, entregando-se, em arrependimento, a Deus, assim como ele se entregou na cruz para alcançar sua criação. Tal como afirma Stackhouse (2018) ao dizer que a fé é resposta à ação de Deus, pois, sem a iniciativa divina, ninguém jamais poderia ser salvo e muito menos teria condições de escolhê-lo por conta própria. Esse compromisso exige obediência; e obediência é o quarto significado de fé listado por McGrath.

A obediência é o produto da fé. Quando se trata de uma fé verdadeira, o portador da fé produz, naturalmente, boas obras, assim como uma árvore produz seus frutos (MCGRATH, 2013). Tiago, um autor do Novo Testamento, diz que essas obras são as boas práticas que provém da Palavra de Deus, ou seja, não basta apenas entender os mandamentos divinos e, de certa forma, aceitá-los, mas é preciso obedecê-los (Tg 1,22-25).

Vale ressaltar que, para o cristianismo, a prática de boas obras não tem a finalidade de trazer o favor de Deus, pois não há justiça humana que conquiste aprovação divina; contudo, a fé genuína é evidenciada pelas boas obras que são

frutos da obediência exigida por Deus a sua criação (STACKHOUSE, 2018). Portanto, a fé torna-se completa quando o homem deixa de tratá-la apenas como uma simples crença e ela passa a produzir ações de obediência à Deus (Tg 2,22).

3.1 DEUS E A CRIAÇÃO

Lewis aponta para o fato de que há duas grandes divisões na humanidade. A primeira se dá entre os que creem na existência de um Deus e os que não creem; a segunda divisão, se trata do tipo de Deus em que cada um acredita, sendo subdividido entre os que acreditam em um Deus que está além do bem e do mal – visão na qual Lewis chama de panteísmo – e aqueles que acreditam em um Deus que é definitivamente bom e justo – essa visão, Lewis identifica como judaica, muçulmana e cristã (LEWIS, 2017).

Tanto o panteísmo como o teísmo criam conceitos não apenas para o relacionamento entre Deus e o mundo, mas também concedem atributos ao próprio Deus. Segundo Lopes (2018, p. 107), “o panteísmo se opõe ao teísmo no sentido de que enquanto este afirma a transcendência de Deus em relação ao mundo, aquele afirma a imanência”.

Referente ao caráter de Deus, o cristianismo revela uma identidade pessoal da divindade, enquanto Espinosa, um dos grandes pensadores da filosofia moderna e adepto ao panteísmo, classifica Deus como um ser impessoal, ou seja, Deus não é acometido por nenhum tipo de paixão, sendo assim, incapaz de amar ou odiar alguém, como relata em sua obra intitulada *Ética*:

Proposição 17. Deus está livre de paixões e não é afetado de qualquer afeto de alegria ou de tristeza.
Demonstração. Todas as ideias, enquanto estão referidas a Deus, são verdadeiras, isto é, são adequadas. Portanto, Deus está isento de paixões. [...] ele não é afetado de qualquer afeto de alegria ou de tristeza.
Corolário. Deus, propriamente falando, não ama nem odeia ninguém.
 (Spinoza, 2016, p. 224, grifo do autor)

Para o cristianismo, tanto a visão de um Deus imanente a sua criação como a de impessoalidade divina, isto é, a impossibilidade de Deus amar ou demonstrar bondade e justiça, são inconcebíveis no que se refere aos atributos de Deus e sua ação no mundo. Bartholomew e Goheen afirmam:

Deus é a fonte divina de tudo que existe. Ele está separado de todas as outras coisas na relação especial de Criador para com a criação. [...] A criação nem mesmo remotamente pode ser considerada uma emanção de Deus. Ela não

é de algum modo um transbordar de seu ser, sua natureza divina. Em vez disso, é um produto de sua vontade pessoal. (BARTHOLOMEW; GOHEEN, 2017, p. 39-40)

Para os cristãos, um dos grandes problemas que o panteísmo apresenta ao colocar a criação como emanção de Deus está no fato de que tudo o que existe provém de Deus, inclusive o mal. Isso significa que a calamidade, os desastres naturais, as doenças incuráveis (e curáveis), tudo mais que a humanidade considera um mal presente no mundo está intrinsecamente relacionado a Deus, portanto, torna-se impensável ter esse Deus como um ser bom e justo. No pensamento de Espinosa, esse mal causado por Deus, quando compreendido, resulta em alegria:

[...] por compreendermos Deus como causa de todas as coisas, nós o consideramos, justamente por isso, como causa de tristeza. A isso respondo, em troca, que à medida que compreendemos as causas da tristeza, esta deixa de ser uma paixão, isto é, deixa de ser tristeza. Por isso, à medida que compreendemos Deus como causa da tristeza, nós nos alegamos. (SPINOZA, 2016, p. 224)

Por outro lado, se os cristãos realmente consideram que Deus é bom e justo, isso significa que toda a criação divina deve ser boa e justa. Bartholomew e Goheen (2017, p. 47-48) apontam para um detalhe na narrativa da criação – em Gênesis capítulo 1 – no que diz respeito a repetição da palavra “bom”, indicando “um lembrete de que toda a criação procede de Deus e, que em seu estado inicial, ela reflete de modo maravilhoso o seu próprio desígnio e plano para ela”.

Portanto, os cristãos acreditam em um Deus criador que está separado do mundo, ou seja, não faz parte da criação, embora tudo que existe provenha dele. Deus está mais para a relação de um fotógrafo e sua foto do que um Deus que anima o mundo da mesma forma que uma pessoa anima seu próprio corpo (LEWIS, 2017).

Sendo Deus bom e justo, na perspectiva cristã, o mundo criado também é bom e justo, originalmente. Portanto, não é possível pensar que esse Deus tenha criado o mal, embora os cristãos tenham consciência de que esse mal existe e deve ser combatido. Fica, por fim, a questão: se não foi Deus quem criou o mal, então como ele surgiu?

3.2 DEUS E O MAL

Um dos grandes problemas para o cristianismo é apresentar uma justificativa lógica capaz de conciliar a presença do mal ou do sofrimento no mundo com a

bondade do Deus criador. Diante de tantas tentativas de apresentar uma teodiceia relevante, destaca-se a de Agostinho de Hipona.

Para o bispo de Hipona, Deus é o bem supremo e verdadeiramente justo, isto é, “todos os outros bens têm sua origem nele, mas não são da sua natureza [...], o que foi feito por ele não é o que ele é.” (AGOSTINHO, 2019, p. 19). Sendo a criação obra de um Deus bom, ela também é boa, entretanto, não no mesmo nível de Deus, pois Deus não criou nada semelhante a si mesmo.

Segundo Agostinho, a criação é boa por ter sua origem em um Deus bom, contudo, “todas as coisas que ele fez são mutáveis porque as fez do nada” (AGOSTINHO, 2019, p. 19). Tiago afirma em sua carta que “todo dom precioso e toda dádiva perfeita vêm do alto e desce do Pai das luzes, no qual não há mudança nem sombra de variação” (Tg 1,17). Assim, Agostinho concorda com autor bíblico ao dizer que tudo o que vem de Deus é bom e que Deus é imutável, acrescentando ainda que, embora a criação seja boa, por ser diferente de Deus, também é mutável.

Essa mutabilidade faz com que a criação se torne corruptível, dando assim lugar para a manifestação do mal, pois, por definição agostiniana “o mal não é outra coisa senão a corrupção do modo, da beleza ou da ordem natural. Denomina-se, pois, natureza má aquela que está corrompida” (AGOSTINHO, 2019, p. 20). Portanto, originalmente, a natureza criada é boa e, por ser corruptível, dá lugar àquilo que a possa corromper, no caso, o mal.

Sendo assim, os cristãos acreditam que “a bondade é o que é, por assim dizer; a maldade não passa de bondade corrompida” (LEWIS, 2017, p. 77); da mesma forma disse Agostinho: “o pecado e a iniquidade não são um desejo da natureza más, porém abandono das melhores” (AGOSTINHO, 2019, p. 35). Neste ponto é importante fazer uma separação do que se entende sobre “mal” e “pecado”. O teólogo britânico Graham Tomlin destaca que:

Embora a palavra “pecado” seja muitas vezes entendida como equivalente de “mal”, seu significado é bem diferente. Ela se refere à ruptura do relacionamento entre o ser humano e Deus, ruptura essa que afeta todos os aspectos das relações humanas. [...] O efeito essencial do pecado é a separação entre o ser humano e Deus. (TOMLIN, 2018, p. 218)

Esse rompimento entre a relação do ser humano com Deus gerado pelo pecado também é conhecido pelos cristãos como *Queda*. “A figura da Queda provém de Gênesis 3 e expressa a ideia de que a natureza humana decaiu do seu estado de pureza original” (TOMLIN, 2018, p. 261).

A narrativa do terceiro capítulo de Gênesis conta como a criação originalmente boa – mais especificamente a humanidade – foi corrompida ao ceder à tentação. Bartholomew e Goheen (2017) ao discorrer sobre a história da Queda, relatam que a tentação presente - e representada pela *árvore do bem e do mal* – é a de ser autônomo:

A tentação que enfrentam por causa da serpente é afirmar sua autonomia: tornar-se uma lei para si mesmos. *Autonomia* significa escolher a si mesmo como a fonte para determinar o que é certo e errado, em vez que confiar na palavra de Deus para a orientação. (BARTHOLOMEW; GOHEEN, 2017, p. 51, grifo do autor)

A presença do pecado sendo concretizado em Gênesis 3 faz com que os cristãos acreditem não apenas numa atitude contrária à vontade de Deus sendo determinado por um ato de desobediência pelos primeiros humanos, mas também que irrompeu uma força maligna no universo a qual chamam de *Poder das Trevas*, “um espírito mau poderoso, que se supunha ser o poder que estava por trás da morte, da doença e do pecado” (LEWIS, 2017, p. 78).

No momento que antecede sua prisão, Jesus disse que aquele era o tempo – a hora – do *poder das trevas* (Lc 22,53); o apóstolo Paulo também cita esse Poder em sua carta aos colossenses ao dizer que Deus “nos arrancou do *poder das trevas* e nos transportou para o Reino do seu Filho amado” (Cl 1,13, grifo nosso).

Comentando o texto de Lucas 22. 53, Craig S. Keener (2017, p. 281, grifo do autor) relata que as trevas “geralmente estava associada ao mal e ao crime; segundo as superstições populares, a noite era o período em que *demônios* reinavam e em que se realizava a feitiçaria”.

Dito isso, pode-se afirmar que, para os cristãos, este é um mundo bom que se corrompeu por conta do pecado que, por sua vez, realizou uma ruptura no relacionamento entre Deus e os homens dando lugar a um poder das trevas que se tornou o príncipe deste mundo, fazendo com que a criação fosse ocupada por inimigos rebeldes (LEWIS, 2017).

Se o pecado afastou o homem de Deus e agora o Poder das Trevas reina sobre este mundo criado pela autoridade divina, isso significa que na grande batalha cósmica Deus tenha perdido a guerra? O que os cristãos pensam a respeito da ação de Deus no enfrentamento deste mal?

3.3 DEUS E A HUMANIDADE

A presença do mal no mundo não faz com que os cristãos mudem de ideia a respeito da bondade e justiça de Deus. Diante desta situação, em que o Poder das Trevas passa a habitar o mundo e com toda sua força tenta corromper aquilo que Deus originariamente tenha criado em perfeição, fica evidente que Deus, com toda sua bondade e justiça, não deve permanecer passivo diante deste cenário. Sendo assim, Lewis elenca quatro respostas de Deus ao mal presente.

Antes de abordar tais respostas e discutir cada uma delas, faz-se necessário uma pequena introdução ao que será dito, pois, se bem observado, fica claro que a presença do mal atingiu todas as esferas da criação, contudo, de uma maneira muito especial uma parte dela: a humanidade. Por conseguinte, as respostas de Deus apresentadas por C. S. Lewis vão de encontro com o relacionamento da divindade com os seres humanos.

Desta maneira, esta seção é dividida em duas partes. A primeira trata das respostas de Deus ao mal presente, as quais vão de encontro com o relacionamento entre Deus e os homens, no qual consiste em reconciliar o mundo consigo mesmo. A segunda discorre sobre a crença central do cristianismo, a saber, a morte e ressurreição de Jesus, a nova vida em Cristo, e a esperança escatológica.

3.3.1 A resposta de Deus ao mal

Deus respondeu ao mal com quatro ações específicas: (a) conferiu à raça humana consciência de certo e errado; (b) enviou “bons sonhos”³ à humanidade; (c) selecionou um povo em particular e incutiu na cabeça deles o tipo de Deus que ele é; (d) enviou seu filho Jesus ao mundo (LEWIS, 2017).

A primeira ação divina a ser discutida diz respeito à consciência de certo e errado, que também é chamado de Lei Natural, ou Lei da Natureza Humana, “porque as pessoas acreditavam que todos a conhecessem por natureza e não precisavam ser ensinados por outros” (LEWIS, 2017, p. 31). É possível encontrar esse conceito em Tomás de Aquino, mais especificamente em sua obra chamada *Suma Teológica*. O filósofo e teólogo italiano faz menção à carta de Paulo aos Romanos a fim de confirmar a presença da Lei Natural na humanidade; assim diz o apóstolo Paulo:

³ Este termo utilizado por Lewis se refere “às aquelas histórias esquisitas espalhadas pelas religiões gentias sobre um deus que morre e volta à vida e, por sua morte, de alguma forma concedeu nova vida ao ser humano” (LEWIS, 2017, p. 84).

Quando então os pagãos, não tendo lei, fazem *naturalmente* o que é prescrito pela Lei, eles, não tendo lei, para si mesmos são Lei; eles mostram a *obra da lei gravada em seus corações*, dando disto testemunho sua *consciência* e seus pensamentos que *alternadamente se acusam ou defendem* (Rm 2,14-15, grifo nosso).

Referindo-se ao texto acima, Tomás de Aquino (1265-1273, p. 1511) comenta que “embora sem a lei escrita⁴, [os gentios] têm, contudo, a Lei natural, pela qual todos tem entendimento e consciência do bem e do mal”. Ainda complementa dizendo que a Lei Natural, isto é, o discernimento entre o bem e o mal ou a consciência de certo e errado chega até a humanidade a partir da luz divina (Sl 4,6), permitindo que os homens, como seres racionais, participem da lei eterna concedida por Deus (AQUINO, 1265-1273).

Lewis, em conformidade com o pensamento tomista, entende a Lei Natural como proveniente de Deus, não se tratando de uma ação instintiva, mas racional, fazendo com que a humanidade, apesar das diferentes visões morais, constitui um senso de certo e errado que são universais (LEWIS, 2017). “A lei natural fornece, então, um princípio com validade universal e imutável, que serve tanto para a ação quanto para a avaliação moral” (SILVA, 2014, p. 198).

Na obra *A abolição do homem*, Lewis faz uma lista na qual ele chama de “exemplos da Lei Natural”, reunindo diversas frases que testemunham a presença da consciência do bem e do mal nas diversas civilizações instituídas no decorrer do tempo. Apesar dessas civilizações serem bem diferentes uma das outras, é possível notar algo em comum entre todas elas. Algumas dessas frases estão descritas no Anexo A – Exemplos da Lei Natural.

Entretanto, apesar dessa resposta divina parecer um tanto interessante, ela não é suficiente em si, pois, mesmo a humanidade tendo consciência do certo e do errado, ela não consegue se sujeitar a essa consciência e se tornam transgressores de tal lei, assim como diz Lewis:

[...] primeiro, que os seres humanos, de todos os cantos do mundo, têm essa ideia curiosa de que devem se comportar de determinada forma e não conseguem realmente fazê-lo; em segundo lugar, os indivíduos, na verdade, não se comportam dessa forma. Eles conhecem a Lei Moral, mas a transgridem. Esses dois fatos são a base de todo o pensamento claro sobre nós e o universo onde vivemos (LEWIS, 2017, p. 35).

⁴ A lei escrita, nesse contexto, faz referência àquela que foi dada pelo próprio Deus ao povo de Israel (Torá).

Dito isso, pode-se afirmar que, para os cristãos, o resultado da Queda faz com que os homens – agora não mais uma criação perfeita, mas seres corrompidos – estejam inclinados a fazer aquilo que é mal, mesmo tendo consciência do certo e do errado. Por outro lado, é válido pensar que, apesar da corrupção adquirida pela Queda e a presença dessa inclinação para fazer o que é mal, a consciência de certo e errado faz com que o homem tenha uma chance de, deliberadamente, usar a razão dada por Deus para agir em conformidade à vontade divina, não por seu mérito, mas pela Graça de Deus.

A segunda discussão se trata da ação de Deus ao conferir à humanidade o que Lewis chama de “bons sonhos” (cf. nota de número 3). É possível observar que a história contada pelo cristianismo se assemelha com muitas outras histórias de diversos povos espalhados sobre a face da Terra. Para Lewis, essa semelhança não é mera coincidência, mas sim uma ação divina no mundo; por conta disso, o cristão “tem a liberdade de pensar que todas aquelas religiões, mesmo as mais exóticas, contêm pelo menos uma parcela da verdade” (LEWIS, 2017, p. 67).

Na religião dos persas, por exemplo, havia uma esperança escatológica. Conta-se que no fim dos tempos os mortos iriam ressuscitar, tornando-se imortais, fazendo com que o mundo fosse, definitivamente, liberto do mal. Esse momento seria marcado pela chegada do Saoshyant – o Salvador – que separaria, através do fogo celeste, os maus para a destruição e os justos para receberem um corpo de bronze. O Salvador nasceria de uma virgem, seria morto enforcado por seus opositores, desceria no mais profundo abismo, depois subiria para o alto, de onde viria com seu exército para julgar o mundo e, enfim, concluir a história (REINKE, 2019).

É possível observar uma enorme similaridade com o cristianismo, especialmente no que se trata de uma restauração final através de um salvador que morre e ressuscita, julga os homens maus e justos e restaura a humanidade através da ressurreição da mesma.

O historiador brasileiro André Reinke (2019) conta que assim também é na história das religiões cananeias, onde Baal é um deus que morre e ressuscita anualmente, a fim de trazer de volta àquela sociedade agrária a fertilidade e a vida; do mesmo modo acontece na religião do Antigo Egito, especialmente no “Mito de Osíris”, em que o deus Osíris morre em uma batalha com seu irmão gêmeo Seth, mas no fim, com a ajuda de sua esposa, ressuscita, sendo responsável pelos ciclos de cheia do Nilo, sinônimo de vida para os egípcios.

O escritor e missionário Don Richardson (2008) relata que uma tribo da Nova Guiné, chamada asmat, possui um estranho ritual para promover a paz entre seu povo e a tribo inimiga – vale ressaltar que a tribo asmat, além de ser caçadores de cabeça, pratica também o canibalismo. Eles levam muito a sério seu ritual de paz que acontece da seguinte forma: os homens das duas tribos – asmat e seu inimigo – ficam deitados de bruços, enquanto suas mulheres colocam um dos pés sob o peito do homem deitado e o outro pé sob o quadril. Posteriormente, os anciãos de cada tribo passam uma criança por entre as pernas da mulher e sobre as costas do homem deitado, representando assim um “novo nascimento”. Esse ritual garante não só a paz, como também estabelece a reconciliação entre os povos enquanto essas crianças viverem.

O missionário Richardson (2008), ao contar essa história de reconciliação, traz à tona o teor da conversa entre Jesus e o fariseu Nicodemos, quando o primeiro diz ao segundo que, para chegar ao Reino de Deus é necessário nascer de novo. A humanidade pecadora não está em paz com Deus, é preciso reconciliar-se com ele e, para isso, é necessário um “novo nascimento”.

Histórias como essas representam os “bons sonhos” que Deus enviou à humanidade. Dessa forma, todos os povos, tribos e nações que receberam de Deus um vislumbre de quem ele é, pode de alguma forma, conhecê-lo através de sua própria história cultural. Entretanto, essas histórias não representam o cristianismo em seu resultado final, mesmo que em muitos aspectos pareçam semelhantes. Lewis (2017, p. 67) afirma que “ser cristão quer dizer pensar que onde o cristianismo difere de outras religiões, aí o cristianismo está certo e elas estão erradas. [...] mas alguns dos resultados errados estão mais perto do acerto que outros”.

A terceira ação divina no combate ao mal, segundo Lewis, foi ter escolhido um povo em particular e incutir na cabeça desse povo o tipo de Deus que ele é. Essa história é contada no Antigo Testamento apresentando detalhes históricos relevantes para que seja possível entender a ação de Deus no mundo, contudo, para ajudar a compreender a afirmação de Lewis, o início dessa história já é suficiente. Para isso, faz-se necessário uma pequena viagem por sobre o Pentateuco, pois os cinco primeiros livros da bíblia “descrevem as origens de Israel como povo e a revelação do Deus que, em primeiro lugar, criou a nação e, mediante a lei, determinou todo o estilo de vida desse povo” (WENHAM, 2009, p. 76).

O primeiro livro – Gênesis – conta que o povo escolhido teve origem na promessa que Deus fez a Abraão, de que ele “receberia terra, numerosos

descendentes e um relacionamento íntimo com Deus (uma aliança) e que, por intermédio dele, todas as nações seriam abençoadas” (WENHAM, 2009, p. 77). Frente ao resultado devastador que o pecado produziu na boa criação – narrado nos onze primeiros capítulos de Gênesis – Deus, então, decide começar “de novo com Abraão, o antepassado de Israel, e Gênesis mostra como Deus planejou restaurar a raça humana por meio dele e de seus descendentes” (WENHAM, 2009, p. 78).

Em Êxodo – segundo livro do pentateuco – a descendência de Abraão já é numerosa e se torna escrava dos egípcios. O livro conta como Deus libertou o povo da escravidão por meio de Moisés e, principalmente, como ele se revelou no monte Sinai. A presença assustadora de Deus – com fogo, fumaça e trovão – fez com que os israelitas sentissem muito medo.

Moisés foi, então, nomeado mediador para transmitir as condições da aliança, inclusive os Dez Mandamentos (cp. 20) e muitas outras leis (cp. 21 – 23). A aceitação dessas condições pelo povo (cp. 24) devia ter tornado possível a presença permanente de Deus entre eles na tenda sagrada ou tabernáculo (WENHAM, 2009, p. 79).

Contudo, o terceiro livro – Levítico – já demonstra que não é possível que um Deus soberano em justiça e amor conviva no meio de pessoas inclinadas a fazer o que é mal sem que o juízo desse Deus caia sobre elas. “Dessa forma, as leis de Levítico tornam possível uma comunhão continuada entre o Senhor e Israel apesar da pecaminosidade do povo” (WENHAM, 2009, p. 79).

Israel, na condição de parceiro de Deus na aliança, deve ser igual a Deus. Por conta disso, é exigido que o povo busque a santidade. Mas o que é ser santo? Segundo Wenham:

Ser santo não é apenas uma questão de ‘não faça isto ou aquilo’, de evitar situações desagradáveis a Deus, mas também que envolve ‘faça isto e aquilo’, comportar-se como Deus. Por isso, os capítulos 18 – 25 incluem uma sequência de ensinamentos positivos sobre: cuidar dos pobres que cai em dívida (cp. 25); comemorar as grandes festas (cp. 23); cuidar dos imigrantes, dos cegos, dos surdos e dos órfãos. Esses mandamentos estão resumidos em ‘amarás o teu próximo como a ti mesmo’ (WENHAM, 2009, p. 80)

O livro de Números, por sua vez, mostra como o povo está próximo da terra que Deus prometeu na ocasião da aliança com Abraão. Apesar da constante desobediência do povo – pecado – Deus o conduz para a conquista de sua terra. Wenham (2009) destaca que o quarto livro do pentateuco traz informações importantes para os israelitas que habitariam a terra prometida. Em primeiro lugar, Deus traça as fronteiras e define como as tribos seriam divididas na nova terra; em

segundo lugar, aquela terra era mais do que um espaço físico para Israel; era a terra onde Deus iria habitar, por conta disso, a terra era santa e sua pureza devia permanecer.

Agora, o povo encontra-se frente à terra prometida. Na ocasião, Deus já havia se revelado e demonstrado aos israelitas o tipo de Deus que ele é ao transmitir sua lei. O quinto e último livro do pentateuco – Deuteronômio – relata o grande sermão de Moisés, o qual revela que o futuro de Israel seria o resultado da sua resposta à lei.

A obediência aos mandamentos conduziria a uma imensa prosperidade na família, na lavoura e na nação, ao passo que a desobediência resultaria em catástrofe que culminaria com a expulsão da terra (cp. 28). Mas, caso isso acontecesse, não representaria o fim do relacionamento de Israel com Deus. O arrependimento conduziria à renovação das bênçãos da aliança, e a prosperidade nacional seria restaurada (WENHAM, 2009, p.82).

O Pentateuco, portanto, apresenta a iniciativa divina na restauração da humanidade caída por conta do pecado. Deus não está mais caminhando com a sua criação perfeita no Éden; mas conduz seu povo para a terra de Canaã, fazendo-se presente tanto no tabernáculo, durante a peregrinação, quanto no templo, quando o povo já estivesse estabelecido na terra prometida (WENHAM, 2009). Sua presença também é vista através da obediência à lei. Se os israelitas fossem fieis aos mandamentos transmitidos por Deus, as demais nações iriam provar da sabedoria e presença divina:

Portanto, cuidai de pô-los em prática, pois isto vos tornará sábios e inteligentes aos olhos dos povos. Ao ouvir esses estatutos, eles dirão: “Só existe um povo sábio e inteligente: é esta grande nação!” De fato! Qual a grande nação cujos deuses lhe estejam tão próximos como Iahweh nosso Deus, todas as vezes que o invocamos? (Dt 4,6-7).

O leitor atento das Escrituras, logo que passar do Pentateuco e adentrar aos livros históricos e proféticos, perceberá que o mal ainda está presente e, aparentemente, é um problema que está longe de ser resolvido. O povo que Deus escolheu para si não foi capaz de manter a pureza e obedecer a lei. Para piorar a situação, os autores dos diversos livros do Antigo Testamento revelam que os israelitas, além de desobedecerem a lei, ainda se entregaram aos deuses dos povos vizinhos, o que só despertou ainda mais a ira de Deus.

Passados alguns séculos, a história cristã relata que Deus enviou o seu filho para, de uma vez por todas, redimir a humanidade do pecado e reconciliar o mundo

consigo mesmo (Cl 1,13-14; 1Pd 1,18-20; Ef 1,7-8; Lc 1,68). Essa é a quarta e última resposta de Deus ao problema do mal, segundo Lewis (2017).

De acordo com Bartholomew e Goheen (2017), os israelitas dividiam a história humana em duas partes: *era presente* e *era vindoura*. Na *era presente*, o acontecimento da Queda fez com que toda a criação fosse afetada pelo pecado, inclusive o povo escolhido por Deus que deveria ser a solução para o mal. Já na *era vindoura*, Deus agiria para renovar sua criação, começando por Israel, que seria o canal para a restauração dos demais povos da terra, até que toda a criação fosse redimida. Assim, a *era presente* chegaria ao fim e toda a humanidade seria governada pelo próprio Deus, que salvou sua criação das destruições do pecado e do mal.

O evangelho de Marcos narra que foi assim que Jesus começou seu ministério: anunciando que era chegado o Reino de Deus (Mc 1,15), ou, em outras palavras, com a chegada de Jesus, deu-se início à *era vindoura*. O Reino de Deus é revelado em Jesus através das obras poderosas que ele realizou no meio do povo: curou (Lc 18,35-43), expulsou demônios (Mc 8,28-32), ressuscitou mortos (Jo 11,43-44). Obras como essas são sinais de que “doença e dor não devem mais existir, a própria morte será destruída para sempre e a criação restaurada à sua beleza e harmonia inicial” (BARTHOLOMEW; GOHEEN, 2017, p. 164).

Contudo, o ato mais importante de Jesus, para os cristãos, não aconteceu apenas durante sua vida, mas após sua morte: a ressurreição. O Cristo ressurreto é a esperança que os cristãos possuem para uma vida vitoriosa na batalha contra o mal que assola este mundo. Como escreveu o apóstolo Paulo: “E, se Cristo não ressuscitou, ilusória é a vossa fé; ainda estais nos vossos pecados” (1Cor 15. 17); e “sabendo que nosso velho homem foi crucificado com ele para que fosse destruído este corpo de pecado, e assim não sirvamos mais ao pecado” (Rm 6,6).

Portanto, “para Jesus, a batalha será vencida, não matando o inimigo, mas permitindo que ele mesmo seja morto, dando sua vida na cruz” (BARTHOLOMEW; GOHEEN, 2017, p. 182). Esse é o ato central no cristianismo, pois é na morte e ressurreição de Jesus que toda a criação é restaurada e o mal é vencido de uma vez por todas. Como relata o teólogo:

A ressurreição particularmente é entendida no Novo Testamento como uma amostra dessa ‘nova era’ vindoura. Jesus não ‘volta à vida simplesmente’, como se tivesse sido ressuscitado de uma experiência de quase morte. Ao contrário, ele passa pela morte e sai do outro lado. Isso nos dá um vislumbre da nova ‘Vida Ressuscitada’ do outro lado da morte, como uma espécie de

antegosto do fim da história, porém no meio dela. [...] É a visão de uma humanidade renovada, de uma sociedade renovada e até da terra renovada (TOMLIN, 2018, p. 221-222).

Porém, alguém pode questionar se, de fato, a morte de Jesus foi capaz de vencer o mal. Afinal, o mal está visivelmente presente no mundo. Isso pode significar que, ou Cristo não foi capaz de vencer o mal através de sua morte e ressurreição, ou os cristãos estão amplamente equivocados no que diz respeito a essa doutrina. Para os cristãos, no entanto, essa é uma questão já resolvida. Não se trata de um equívoco doutrinário, e muito menos de um “fracasso” no ato divino, mas sim, que a presença da “dolorosa realidade da morte e do mal aqui e agora, não passam de inimigos já derrotados e desbaratados, que simplesmente desaparecerão quando o reino de Deus chegar em toda a sua plenitude” (TOMLIN, 2018, p. 235).

Para os cristãos, Jesus é mais que o filho de Deus, ele é o próprio Deus revelado que interviu na história humana para fazer o que ninguém seria capaz, se não ele mesmo: vencer o mal em todas as suas esferas e recuperar a criação em seu estado inicial de perfeição.

3.3.2 A crença central do cristianismo

A crença central do cristianismo é que, de alguma forma, a morte de Cristo colocou a humanidade em ordem com Deus, permitindo, assim, um novo começo (LEWIS, 2017). Mas como isso acontece? Como os cristãos explicam o efeito que esse ato divino causa na humanidade? Há muitas metáforas que objetivam responder essas perguntas.

Os primeiros cristãos estavam muito familiarizados com o ritual judaico de expiação dos pecados, conforme descrito em Levítico 16. Esse sistema de sacrifício bem conhecido passou a ser um modelo para compreender o que significava a morte de Jesus (TOMLIN, 2018).

Sendo assim, já no início do cristianismo se começa a compreender a morte de Jesus por meio da adunação, isto é, “um meio pelo qual se fizera a reparação do pecado” (TOMLIN, 2018, p. 226). Assim como no Antigo Testamento os sacrifícios de animais eliminavam o pecado do povo, a morte de Jesus na cruz foi interpretada como um sacrifício que resolveu, de uma vez por todas, o problema do pecado humano.

Para os cristãos, a encarnação de Jesus tem um fator muito importante quando se trata da adunação, pois como homem, Jesus passou pelos sofrimentos inerentes

a toda humanidade (TOMLIN, 2018). O autor de Hebreus também destaca isso ao reconhecer em Jesus o papel de Sumo Sacerdote perfeito:

Com efeito, não temos Sumo Sacerdote incapaz de se compadecer das nossas fraquezas, pois ele mesmo foi provado em tudo como nós, com exceção do pecado. [...] E embora fosse Filho, aprendeu, contudo, a obediência pelo sofrimento; e, levado à perfeição, se tornou, para todos os que lhe obedecem, princípio de salvação eterna (Hb 4,15; 5,8-9).

Ademais, para o autor de Hebreus, Jesus não é apenas o Sumo Sacerdote perfeito, mas também o sacrifício perfeito. Cristo é o mediador e a mediação na restauração da relação humana com Deus:

Entrou uma vez por todas no Santuário, não com o sangue de bodes e de novilhos, mas com o próprio sangue, obtendo redenção eterna. De fato, se o sangue de bodes e de novilhos, e se a cinza da novilha, espalhada sobre os seres ritualmente impuros, o santifica purificando seus corpos, quanto mais o sangue de Cristo que, pelo Espírito eterno, se ofereceu a si mesmo a Deus como vítima sem mancha, há de purificar a nossa consciência das obras mortas para que prestemos culto ao Deus vivo (Hb 9,12-14).

Desse modo, diante de um mundo mal, pecaminoso e sofredor, Jesus – como o Filho de Deus que se encarnou – passou pelo sofrimento humano, enfrentou a tentação, sentiu na pele a intensa angústia do homem retratada, principalmente, em seu grito de desespero na cruz: “Deus meu, Deus meu, por que me abandonaste?” (Mc 15,34). Para os cristãos,

a cruz diz exatamente isso: que Deus não está alheio à experiência do abandono e do desespero próprios do ser humano. Ele não apenas entra nesse sofrimento, mas também o transforma, oferecendo perdão, redenção e reconciliação (TOMLIN, 2018, p. 230).

Uma outra forma de entender o perdão dos pecados pela morte de Cristo é utilizando a ótica jurídica. O professor Alister McGrath (2005) aponta para Anselmo de Cantuária, escritor do século XI, a fim de atribuí-lo a ideia de que a morte de Cristo está relacionada ao aspecto da justiça de Deus, isto é, para Anselmo, “Deus salva o homem de uma forma que é totalmente consistente com o caráter da justiça divina” (MCGRATH, 2005, p. 480).

Essa ideia tornou-se relevante no século XVI devido a importância das leis humanas que surgiram nessa época, fazendo com que algumas metáforas fossem desenvolvidas para explicar como a morte de Cristo se relaciona com a justiça de Deus (MCGRATH, 2005). O modelo mais conhecido entre os cristãos da atualidade é aquele chamado de Substituição Penal – ou, simplesmente, Substituição.

De acordo com esse modelo Cristo é visto como um substituto, como aquele que vai para a cruz em nosso lugar. Os pecadores deveriam ser crucificados em razão de seus pecados. No entanto, Cristo é crucificado em nosso lugar. Deus permite que Cristo permaneça em nosso lugar, tomando sobre si as nossas culpas, para que sua justiça – conquistada por meio da obediência na cruz – possa se tornar também nossa (MCGRATH, 2005, p. 483).

É possível observar esse modelo presente nos ensinamentos doutrinários ainda no século XVI, como no Catecismo de Heidelberg (1563), que aponta para Jesus como o Cristo que se colocou no lugar da humanidade para receber o juízo de Deus e, conseqüentemente, a remoção dos pecados, como se segue: “Cristo que antes se apresentou em meu lugar ao tribunal de Deus e tirou de mim toda a maldição” (URSINO; OLEVIANO, 1563, on-line).

Ainda surgiram outras muitas teorias que visavam esclarecer como a morte de Cristo restaurou a humanidade, não obstante, o cristianismo não equivale a essas explicações. Elas são importantes metáforas que auxiliam o entendimento de algo muito maior, mas não são suficientes em si. Assim afirma Lewis:

As imagens existem apenas para nos ajudar a entender a fórmula, mas não são verdadeiras como a fórmula; elas não exprimem a dimensão da realidade, mas apenas algo mais ou menos semelhante a ela. [...] Ouvimos que Cristo morreu por nós, e que sua morte lavou nossos pecados, e que, ao morrer, ele anulou a própria morte. Essa é a fórmula. Eis aí o cristianismo. É nisso que se deve acreditar. Quaisquer teorias que construímos sobre como a morte de Cristo fez isso, aos meus olhos, são francamente dispensáveis (LEWIS, 2018, p. 89-90).

A morte de Cristo na cruz e sua conseqüente vitória – a ressurreição – é, portanto, para os cristãos, não apenas o ponto central do cristianismo como também o motivo da sua esperança. Os cristãos encontram na ressurreição de Jesus a expectativa de uma futura vida gloriosa sem a presença da morte, como afirma o apóstolo Paulo: “Se temos esperança em Cristo somente para esta vida, somos os mais dignos de compaixão de todos os homens” (1Cor 15,19). Para os cristãos, a ressurreição de Jesus resulta em uma nova vida, a qual não estarão mais sujeitos à morte como resultado da Queda, mas serão ressuscitados quando Cristo voltar (1Cor 15,22-23).

A salvação, em vista disso, não seria possível obter por esforço próprio a não ser pela obra redentora de Cristo. Como visto, a cruz de Jesus, para os cristãos, é o único meio pelo qual os pecados são redimidos, contudo, o evangelho de Lucas narra que o próprio Jesus, ao encontrar-se com seus discípulos já depois de sua

ressurreição, afirma que seus seguidores deveriam proclamar a mensagem de arrependimento para o perdão dos pecados (Lc 24,47).

Frente a esse relato lucano, é possível entender que, embora a morte de Jesus fosse o meio pelo qual os seres humanos têm seus pecados perdoados, eles ainda teriam que enfrentar um processo chamado arrependimento que estava intrinsecamente ligado à fé em Cristo (WRIGHT, 2018).

O arrependimento, segundo McGrath e Packer (2018), pode ser entendido como um ato de ignorar todos os caminhos, exceto aquele estabelecido por Jesus. Ainda que o homem apresente algum sentimento de remorso, o arrependimento legítimo requer uma mudança no modo de pensar e agir. O arrependimento é visto como essencial dentro do cristianismo, pois, “sem arrependimento não há conversão verdadeira” (MCGRATH; PACKER, 2018, p. 419).

O escritor C. S. Lewis atinge um ponto ainda mais profundo ao descrever o conceito de arrependimento no âmbito do cristianismo. Para ele, “trata-se de algo mais difícil do que simplesmente se humilhar e admitir a própria culpa. [...] Significa aniquilar parte de nós passando por uma espécie de morte” (LEWIS, 2017, p. 91).

Além disso, para Lewis, o arrependimento revela-se como um verdadeiro paradoxo, pois “só uma pessoa má precisa de arrependimento, mas só uma pessoa boa consegue arrepender-se perfeitamente” (LEWIS, 2017, p. 92). Na crença cristã, como visto anteriormente, toda humanidade é má, logo, todos precisam se arrepender, contudo, sendo a humanidade má, é impossível chegar ao arrependimento.

Por outro lado, Deus é justo e bom, logo, ele seria capaz de arrepender-se, porém, não seria necessário, pois nele não há maldade. A conclusão que Lewis chega é que a humanidade precisa de um pouco de Deus em si para conseguir alcançar o arrependimento, assim como uma criança que está aprendendo a escrever precisa da mão de um adulto sobre a sua para formar as letras (LEWIS, 2017). Eis aí um outro motivo para que os cristãos levem tão a sério a encarnação de Jesus.

Por meio da encarnação, Jesus foi capaz de sofrer e morrer por conta de sua natureza humana e, mais que isso, poderia fazê-lo de forma perfeita porque é Deus (LEWIS, 2017). Dessa forma, Jesus quebra o paradoxo do arrependimento, pois sua ação como Deus encarnado permite que a humanidade participe de sua morte e da consequente nova vida (Rm 6,8), fornecendo assim, a condição para o arrependimento e perdão dos pecados (At 3,19).

A participação na morte e na ressurreição de Jesus gera o que os cristãos chamam de Nova Vida em Cristo, isto é, surge uma nova espécie de ser humano que agora tem a vida de Cristo posta dentro de si (LEWIS, 2017). Essa nova vida é marcada por alguns elementos que expressam sua identidade como povo de Deus ou, em outros termos, como Igreja de Cristo (WRIGHT, 2018). Segundo Lewis (2017), a nova vida em Cristo é marcada por três elementos: a fé, o batismo e a Santa Ceia. Já para Christopher Wright (2018), os sacramentos do batismo e o da ceia são atos essenciais que expressam tal identidade, excluindo assim, a questão da fé.

Como visto no início do capítulo, a fé é uma expressão importante para os cristãos, pois, conforme o autor da carta aos Hebreus: “Ora, sem fé é impossível ser-lhe agradável” (Hb 11,6a). Porém, é sabido que toda expressão religiosa requer fé e, se for mais além, observa-se que a fé não é um assunto exclusivamente religioso, mas pode-se prová-la em diversas situações da vida secular, como na relação conjugal, ou por confiar num cirurgião ou em um salva-vidas (STACKHOUSE, 2018). Portanto, tendo em vista que a fé não é um elemento exclusivo do cristianismo, apesar de importante, e que o assunto já foi apresentado em mais detalhes neste capítulo, parte-se para a apresentação dos outros dois elementos: o batismo e a ceia.

Segundo Christopher Wright (2018), tanto o batismo como a ceia podem ser considerados sacramentos, pois ambos são usados para designar uma fé bíblica. Entende-se por *sacramento* um “sinal externo e visível de uma graça interna e espiritual” (WRIGHT, 2018, p. 308). Os dois elementos tendem a responder como a nova vida em Cristo não diz respeito apenas a algo simplesmente abstrato, mas também por atos corpóreos, tangíveis (LEWIS, 2017).

O batismo, por exemplo, é visto como um elemento fundamental na vida cristã, tendo em vista que o próprio Jesus iniciou seu ministério após ter passado pelo batismo de João (Lc 3,21-22) e, já ressurreto, antes da ascensão, ordenou aos seus discípulos que batizassem os novos fiéis (Mt 28,19). De acordo com Wright (2018), os elementos essenciais para a realização do batismo são o uso da água e o nome de cada pessoa da Trindade – Pai, Filho e Espírito Santo.

É possível observar na liturgia das diferentes comunidades cristãs que, embora o uso da água seja comum a todas, a forma como é utilizada causa uma certa divergência na prática do batismo. Algumas comunidades batizam por imersão, outras por efusão e outras por aspersion. Todavia, isso não é um problema, levando em consideração que:

A imersão completa parece em harmonia com o que diz o Novo Testamento sobre o sepultamento e a ressurreição. Contudo, a efusão (derramamento de água sobre a pessoa) remete igualmente ao derramamento do Espírito Santo. A aspersão lembra os rituais sacrificiais com sangue do Antigo Testamento, que mais tarde se cumpriram no sangue de Cristo (WRIGHT, 2018, p. 309).

O ponto alto do batismo para os cristãos está menos relacionado com o uso da água e mais voltado para o seu significado, a saber, a purificação do pecado, a união com Cristo em sua morte e ressurreição, o dom do Espírito Santo, a filiação à igreja como membro, o compromisso com a missão e o compromisso com o discipulado (WRIGHT, 2018). Todas essas coisas fazem parte da nova vida em Cristo e são sinais visíveis que respondem a uma ação espiritual.

O outro sacramento de igual importância é a ceia, uma espécie de refeição comunitária. No Israel do Antigo Testamento, a refeição comunitária mais importante acontecia no período da Páscoa, para celebrar a liberdade que Deus deu ao povo no Egito (Ex 12). Em uma dessas comemorações, Jesus se reuniu com seus discípulos, partiu o pão e distribuiu o vinho, relacionou os elementos ao seu corpo e sangue, respectivamente, ordenando que seus discípulos fizessem essa refeição em memória dele (Lc 7,14-20).

Assim como o batismo, a ceia do Senhor também é celebrada de diferentes formas em diferentes comunidades cristãs, inclusive, recebendo nomes variados como eucaristia, santa comunhão e missa (WRIGHT, 2018). Os nomes em si, como também a forma de celebração, não se caracterizam como fatores controvertidos. O que resta saber é que “a ceia do Senhor contém sempre dois elementos – o pão e o vinho. E tem três aspectos: um olhar para o passado, um para o futuro e outro para o entorno” (WRIGHT, 2018, p. 314).

Como foi supracitado, para os cristãos, o pão e o vinho significam o corpo e o sangue de Cristo. Ambos elementos apontam para a morte de Jesus na cruz, sendo o corpo entregue para ser pendurado no madeiro em favor de muitos e o sangue derramado para a remissão dos pecados (1Cor 11,23-26). Segundo Christopher Wright (2018), essa refeição deve ser um memorial e uma esperança. O memorial marcado pela sentença: “fazei isto em memória de mim” (1Cor 11,24b). A esperança marcada pela sentença: “anunciais a morte do Senhor *até que ele venha*” (1Cor 11. 26b, grifo nosso).

Dito isso, Wright (2018) afirma que a ceia tem por aspecto o *olhar para o passado* justamente por conta de sua característica memorial, lembrando as

dimensões da morte e ressurreição de Jesus. Como também é um *olhar para o entorno*, tendo em vista que tal celebração não diz respeito apenas à comunhão com Jesus, mas também uns com os outros. A ceia é uma refeição comunitária, onde a unidade do corpo de Cristo está presente. Conjuntamente a essas características, a ceia do Senhor é um *olhar para o futuro*, já que a esperança cristã está no retorno de Cristo, quando ocorrerá a refeição celestial (Ap 19,9).

Tal esperança está inclusa no cerne do cristianismo uma vez que a volta de Cristo revela o resultado da redenção em seu estado final. A morte de Jesus na cruz, como já foi dito, restaurou toda a criação, porém, é na sua volta que esta restauração será revelada: “As palavras de Jesus na cruz ‘Está consumado’ (Jo 19. 30) declaram que a redenção já está concluída, ainda que sua revelação final ainda esteja no futuro” (BARTHOLOMEW; GOHEEN, 2017, p. 251).

As Escrituras revelam que a volta definitiva de Cristo será marcada, dentre outras coisas, pela descida da Cidade Santa, a “Nova Jerusalém”, como descreve João (Ap 21,2). Os cinco primeiros versículos de Apocalipse 21 desvela o propósito final de Deus: fazer nova todas as coisas (BARTHOLOMEW; GOHEEN, 2017). Dessa forma, o Reino de Deus é estabelecido na terra colocando um fim no resultado da Queda – lágrima, morte, choro, dor, etc. – renovando toda a criação (Ap 21,5).

Bartholomew e Goheen (2017) destacam que a restauração não se limita à vida humana, mas a *toda* criação. Assim como o pecado atingiu todas as esferas da boa criação divina, a redenção também possui uma abrangência cósmica. Nas palavras do apóstolo Paulo:

De fato, a criação foi submetida à vaidade – não por seu querer, mas por vontade daquele que a submeteu – na esperança de ela também ser libertada da escravidão da corrupção para entrar na liberdade da glória dos filhos de Deus. Pois sabemos que a criação inteira geme e sofre as dores de parto até o presente. E não somente ela. Mas também nós, que temos as primícias do Espírito, gememos interiormente, suspirando pela redenção do nosso corpo (Rm 8,20-23).

Em síntese, o ponto central do cristianismo revela a obra redentora de Deus em face de uma criação corrompida pelo cenário da Queda, destacando-se a morte e ressurreição de Jesus, o arrependimento dos fiéis conduzindo-os a uma nova vida em Cristo, a qual culminará em perfeita redenção na ocasião da volta definitiva de Jesus.

4 CAPÍTULO II – AS PRINCIPAIS OBJEÇÕES À FÉ CRISTÃ

Diante do exposto no capítulo anterior, algumas objeções são apresentadas frente às afirmações cristãs a respeito da bondade, justiça, poder e vontade de Deus, o problema do mal e a pessoa de Jesus. Para isso, levantam-se algumas perguntas seguidas de argumentos oferecendo aos cristãos espaço para, se possível, defender sua fé.

Pode-se iniciar com a seguinte questão: Se Deus é bom, por que a presença do mal é evidente no mundo? Por que Deus criou um universo cruel e injusto? Para muitos filósofos, como J. L. Mackie, a presença do mal no mundo é incompatível com a existência de um Deus bom, onisciente e onipotente, conforme as proposições e conclusão a seguir (OLIVEIRA, 2019, apud MACKIE, p. 201) ⁵:

- 1) Deus é onipotente, onisciente e sumamente bom;
- 2) O mal existe;
- 3) Uma coisa boa, na medida em que pode [e sabe], sempre elimina o mal;
- 4) Não há limites ao que uma coisa onipotente pode fazer;
- 5) Uma coisa boa, [onisciente] e onipotente elimina completamente o mal;
- 6) A existência de uma coisa boa, [onisciente] e onipotente e o mal são proposições incompatíveis;
- 7) Não há uma coisa boa, onisciente e onipotente.

Em suma, Oliveira (2019) apresenta os argumentos de J. L. Mackie revelando uma inconsistência lógica e racional do pensamento teológico a respeito da existência de Deus em função da presença do mal no mundo. Do mesmo modo, David Hume – filósofo britânico anterior a J. L. Mackie –, ao trazer à memória as questões de Epicuro, apresenta seu argumento identificando a incoerência na relação entre a existência de Deus e o problema do mal da seguinte forma:

As velhas questões de Epicuro continuam ainda sem resposta. [A divindade] é desejosa de prevenir o mal, mas incapaz? Então é impotente. É capaz, mas não é desejosa? Então é malevolente. É capaz e desejosa ao mesmo tempo? Onde vem então o mal? (HUME, 2016, p. 109).

⁵ Oliveira acrescenta aos argumentos de Mackie a premissa de que Deus é onisciente. Embora Mackie não tenha incluído explicitamente a onisciência de Deus em seu argumento, Oliveira a introduz com o pressuposto de que “sem a onisciência, seria possível que Deus desconhecesse a existência do mal no mundo” (OLIVEIRA, 2019, p. 3).

O problema do mal⁶ é um assunto de ordem filosófica e teológica discutido ao longo dos séculos, contudo, segundo Oliveira (2019), é na contemporaneidade que esse assunto levanta a dúvida sobre a existência de Deus dividindo o problema em dois, a saber, o problema lógico do mal e o problema evidencial do mal.

Segundo o problema lógico do mal, a existência de Deus é logicamente incompatível com a existência do mal. Segundo o problema evidencial, mesmo que a existência de Deus seja logicamente compatível com a existência do mal, não deixa de ser problemática parecendo oferecer um indício contra a existência de Deus (OLIVEIRA, 2019, p. 1)

Resta uma questão: Supondo que exista um Deus, o mal ter se tornado o príncipe deste mundo está ou não de acordo com a vontade divina? Qual seja a resposta, algum atributo de Deus estará sob risco, quiçá o próprio Deus. Como visto, a existência do mal parece colocar em dúvida a existência de Deus ou, caso exista um Deus, seus atributos não podem ser os mesmos daqueles que os cristãos acreditam, isto é, Deus não pode ser justo, ou bom, ou poderoso. Por outro lado, no decorrer do tempo, levantaram-se algumas ideias para conciliar a existência de um Deus bom, justo e poderoso e a presença do mal. Talvez, a mais bem empregada tenha sido a ideia maniqueísta de dualismo.

Segundo Costa (2010), os maniqueus, preocupados em responder ao problema do mal, constroem uma doutrina de ordem ontológica, cosmológica, soteriológica e dualista que absolve Deus da responsabilidade pela existência do mal e o homem pelas práticas malevolentes.

Como esclarece Costa (2010), tal doutrina se propõe a explicar a existência do mal a partir de uma origem ontológica de dois reinos ou duas naturezas: o Reino da Luz e o Reino das Trevas. O primeiro diz respeito a uma natureza boa, de paz e beleza incomparável; o segundo é de natureza má, de onde se origina a morte e a obscuridade. Ambos os reinos, para os maniqueus, são incriados, ou coeternos. Sendo as duas naturezas – a Boa e a Má – independentes entre si e idênticas em potência, esta e aquela travam uma luta cósmica medindo forças equiparadas.

Desta forma, o dualismo maniqueísta isenta Deus do problema do mal tornando possível a existência de ambos sem subtrair os atributos de bondade e justiça de Deus. Seria o dualismo a resposta para o problema da existência do mal?

⁶ “O problema do mal consiste na questão de saber como compatibilizar a existência do deus teísta, isto é, de um ser onipotente, onisciente e sumamente bom, com a existência do mal no mundo” (OLIVEIRA, 2019, p. 1)

Uma outra objeção se reflete na pessoa de Jesus que, para os cristãos, é o personagem principal na história da redenção do cosmos. Como visto no capítulo anterior, os cristãos veem Jesus como o Filho de Deus, o Salvador da humanidade ou, como dito por João Batista: “o cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo” (Jo 1,29). Contudo, para alguns estudiosos, como Ernest Renan, o que pode ser destacado na vida de Jesus são seus ensinamentos morais e seu ardor revolucionário. Surge, assim, a questão: Jesus seria mesmo o Filho de Deus ou apenas um grande mestre da moral?

Como dito, para o filósofo francês Ernest Renan, Jesus teria se destacado como um grande mestre da moral de intelectualidade elevadíssima. Em suas palavras, Jesus era “investido da plena autoridade de seu gênio e de sua grande alma” (RENAN, 1995, p. 117) e, “quando ele estava só com seus discípulos, seu gênio doce e penetrante lhe inspirava considerações encantadoras” (RENAN, 1995, p. 326). Ainda segundo esse autor, Jesus, em divergência aos fariseus que exaltavam as atitudes exteriores, apresentava-se como “o verdadeiro moralista, que vinha proclamar que Deus só repara numa coisa, na correção dos sentimentos” (RENAN, 1995, p. 191).

Portanto, segundo Renan, Jesus não era apenas um gênio como também um “moralista e reformador religioso” (RENAN, 1995, p. 267). Entretanto, Renan ressalta que, com o tempo,

Jesus deixará de ser apenas um charmoso moralista, aspirando a encerrar lições sublimes em alguns aforismos vivos e breves; é o revolucionário transcendente, que tenta renovar o mundo desde suas bases e concretizar o ideal que concebeu (RENAN, 1995, p. 157)

Jesus, então, para Ernest Renan, passa a ser um revolucionário que tem como base de seus ideais a expressão *Reino de Deus*; expressão essa que “havia muito tempo familiar aos judeus. Mas Jesus lhe dera um sentido moral” (RENAN, 1995, p. 157). O Reino de Deus significa uma mudança radical no mundo atual através dos ensinamentos práticos dados por Jesus aos homens confiando em suas atitudes para que fosse executado essa grande revolução no mundo:

A revolução que ele quis fazer foi sempre uma revolução moral; mas, para a execução, ainda não havia chegado a confiar nos anjos e na trombeta final. Só nos homens e pelos próprios homens que ele queria agir. Um visionário que só tivesse tido a ideia da aproximação do Juízo Final não teria esse cuidado de aperfeiçoar as almas, nem teria criado o mais belo ensinamento prático que a humanidade recebeu (RENAN, 1995, p. 160)

Em síntese, Renan apresenta Jesus como um grande mestre da moral, um revolucionário, “o fundador dos direitos da consciência livre, o modelo acabado em que todas as almas que sofrem meditarão para se fortificar e se consolar” (RENAN, 1995, p. 371).

Para os cristãos, a morte e ressurreição de Cristo foi o ato principal para que toda a criação fosse restaurada e o mal fosse vencido. Tendo isso em mente, Lewis levanta uma questão muito parecida com aquela que iniciou este capítulo, com uma suscinta diferença: não tratar com ceticismo a existência de Deus, mas colocar em suspeita seu ato de poder, isto é, se Deus não poderia ter usado seu poder de forma mais eficiente. Pois, se Deus é poderoso, bondoso, justo e sua vontade é destruir o mal por definitivo, então “por que Deus aportou sob disfarce neste mundo ocupado pelo inimigo e iniciou uma espécie de sociedade secreta para sabotar o diabo? Por que ele não invade com força total? Será que é porque ele não é forte o suficiente?” (LEWIS, 2017, p. 100-101).

Como visto, as principais objeções que o cristianismo sofre ao apresentar a sua fé está envolto ao problema do mal. Parece ser inconcebível que o mal exista em um mundo criado por um Deus bom, justo e poderoso, porém, como é evidente a presença do mal, então torna-se difícil considerar a existência desse Deus com esses atributos. Mesmo que os cristãos apresentem seu personagem principal – Jesus – como aquele que venceu o mal e restaurou a criação, ainda se levantam objeções acerca desse homem, identificando-o como um grande mestre da moral e revolucionário, mas não o salvador do mundo, como creem os cristãos. Como o cristianismo responde a essas objeções?

5 CAPÍTULO III – A RESPOSTA CRISTÃ

A primeira objeção a ser respondida trata-se do questionamento à justiça de Deus. Recordando a pergunta feita no início do capítulo anterior: Por que Deus criou um universo cruel e injusto? A resposta pode partir de outras duas perguntas: Se o universo é adjetivado por alguns como injusto, com o que ele está sendo comparado? De onde vem a ideia de justiça? (LEWIS, 2017).

Partindo da hipótese que Deus realmente tenha criado um universo injusto, pode-se afirmar, assim, que toda a criação é injusta desde sempre, não conhecendo, dessa forma, qualquer coisa que seja justa. Consequentemente, é impossível fazer qualquer tipo de comparação entre o que é justo e o que é injusto, pois nessa situação não há como definir o que é justiça. Para melhor entendimento, pode-se pensar desta forma: “uma pessoa só chama uma linha torta se tiver alguma ideia do que é uma linha reta. [...] Uma pessoa se sente molhada depois de cair na água porque ela não é um animal aquático; já um peixe não se sentiria molhado” (LEWIS, 2017, p. 71).

Lewis faz essa comparação para explicar que a ideia de justo e injusto deve ter algum ponto de partida. Aquilo que é justo deve ser muito bem definido para que também a ideia de injustiça ganhe algum sentido. Pois, ainda segundo Lewis (2017), se o conceito de justiça é ignorado e parte-se do ponto de que ela seja apenas uma ideia particular, seria o mesmo que dizer que o mundo é injusto porque não fora criado para satisfazer os desejos particulares de alguém. Contudo, de onde provêm tais desejos?

Se o desejo particular de alguém provém de uma realidade justa, isso significa que a criação divina também é composta por justiça, não sendo apenas “cruel e injusta”, como dito anteriormente. Para Lewis (2017), esse argumento contra Deus entra em colapso e se denota muito simplista, pois não é capaz de lidar com a presença daquilo que é reconhecidamente justo, afinal,

se o universo inteiro não tem sentido [ou seja, é injusto], não teríamos como descobrir que ele não tem sentido: semelhantemente, se não houvesse luz no universo e, assim, nenhuma criatura dotada de olhos, jamais saberíamos que ele é escuro. A palavra *escuridão* seria desprovida de sentido (LEWIS, 2017, p. 71, grifo do autor).

Sendo assim, qual é o ponto de partida para a ideia de justiça? Tendo compreendido que no mundo há aquilo que é justo e injusto e, portanto, Deus tenha criado um universo que contém um pouco das duas realidades – ainda levando em consideração que Deus seja o criador do universo –, seria Deus a fonte tanto da justiça

quanto da injustiça? Sendo Deus bom e justo, como dizem os cristãos, não seria incabível que ele também fosse o criador da realidade injusta? Afinal, como entender o que é justiça e injustiça? Aristóteles, um importante filósofo da Grécia Antiga, faz a seguinte observação:

[...] todos compreendem a justiça como uma disposição de caráter pela qual os homens praticam coisas que são justas, e pela qual *agem* de maneira justa e *desejam* coisas justas; do mesmo modo também em relação à injustiça, pela qual *agem* de maneira injusta e *desejam* coisas injustas (ARISTÓTELES, 2015, p. 123, grifo nosso).

Logo, para Aristóteles (2015), tanto a justiça quanto a injustiça estão diretamente relacionadas ao “desejo” e ao “agir”. Considerando a ideia cristã que Deus seja sumamente bom e justo, é possível afirmar que ele deseja e age em justiça. Sendo ele, portanto, o criador do universo, a realidade injusta, ou seja, aquilo que se apresenta como o mal, não pode partir de Deus (AGOSTINHO, 2019), contudo, a presença do mal ainda é uma realidade; é perceptível que há muito de injusto no mundo criado por Deus. Como responder então a essa questão?

Para Santo Agostinho (2019), algumas proposições são importantes para que se compreenda como o mal se faz presente em um mundo bom e justo criado por um Deus sumamente bom e justo. Desta forma, é importante ter como definição os atributos que são relativos à divindade e aqueles que se referem à criação. Em resumo, as proposições podem ser colocadas da seguinte forma:

- 1) Deus é sumamente bem (p. 19);
- 2) Deus é imutável (p. 19);
- 3) A natureza de Deus é incorruptível (p. 21);
- 4) Todos os outros bens [isto é, toda criação] tem sua origem nele (p. 19)
- 5) Todas as coisas são mutáveis (p. 19);
- 6) A natureza das coisas criadas é corruptível (p. 23);
- 7) A natureza não corrompida é boa; a natureza corrompida é má (p. 20)

Tendo em vista que, para os cristãos, toda a natureza humana foi corrompida pelo pecado, logo, toda a natureza humana é má (Rm 3,23). Tendo Deus uma natureza incorruptível, ele não foi afetado pelo pecado (Tg 1,13). Portanto, Deus continua sendo bom e justo, criador de um universo inicialmente bom e justo, porém,

este universo foi corrompido pelo pecado, abrindo caminho para a realidade má e injusta que se faz presente de forma perceptível.

Em vista disso, surge uma outra questão: Por que Deus criaria um universo sujeito à corrupção? E, se inicialmente não existia o mal, como ele corrompeu a humanidade? Agostinho (2019) responde a primeira pergunta evidenciando a justiça de Deus, pois, para o bispo de Hipona, por Deus ser verdadeiramente justo, ele não poderia criar algo do nada e igualá-lo a ele mesmo – um ser eterno. Por isso, todas as coisas são boas, pois provêm de Deus, mas por não serem iguais a Deus, isto é, da mesma natureza incorruptível, estão sujeitos a todo tipo de corrupção.

Para a segunda pergunta, Lewis explica que a presença do mal se dá não como uma existência independente e eterna, como prega o dualismo, mas nada mais é do que “a busca por algum bem, mas de maneira errada” (LEWIS, 2017, p. 77). O mal não é uma realidade em si, mas algo que surge a partir de uma perseguição àquilo que é verdadeiramente bom fazendo uso do “método errado, ou da forma errada, ou com muita intensidade” (LEWIS, 2017, p. 76).

O capítulo 3 de Gênesis, onde narra o relato da Queda, mostra que o desejo do homem e da mulher se encontrava na possibilidade de adquirir um conhecimento superior. Ora, conhecimento é algo bom, contudo, o método utilizado por eles para alcançar tal conhecimento foi errado, fizeram uso da forma errada, buscaram aquilo que é bom do jeito errado. Para Lewis, o mal consiste exatamente nisso:

[...] a maldade, se você examinar de perto, acaba se revelando como a busca por algum bem, mas de maneira errada. [...] Para ser mau, é preciso desejar coisas boas e, depois, persegui-las de forma errada: haver a ocorrência de impulsos que foram originalmente bons para estar em condições de pervertê-los. [...] Para ser maldoso, o mal tem de existir e ter inteligência e vontade própria. Mas existência, inteligência e vontade são, em si, boas, portanto, ele tem de recebê-las do poder do bem: até mesmo para ser mau, ele tem de tomar emprestado ou roubar do seu oponente (LEWIS, 2017, p. 77-78)

Para Lewis, esse também é um dos problemas que o dualismo enfrenta. Pois, se o dualismo afirma que há uma força do mal independente, isso significa que o mal deve existir em essência, porém, como afirmado por Lewis e demonstrado há pouco, “o mal é um parasita nada original, e os poderes que permitem que ele subsista lhe foram dados pela bondade” (LEWIS, 2017, p. 78).

Um outro problema do dualismo, na visão de Lewis, se encontra na afirmação de que um dos poderes está realmente certo (Reino da Luz) e o outro definitivamente

errado (Reino das Trevas). Pois para Lewis, no momento em que é feita essa afirmação, um terceiro elemento é inserido no universo se juntando aos outros dois:

[...] uma lei, um padrão ou uma regra do bem, à qual um dos poderes se conforma e o outro deixa de se conformar. Mas já que os dois poderes são julgados por esse padrão, o mesmo tem de estar além de qualquer um deles, e ele será o verdadeiro Deus. Na verdade, o que queremos dizer ao chamá-lo de bem e mal acaba sendo que um deles está numa relação harmoniosa com o Deus definitivo e o outro, em uma relação equivocada (LEWIS, 2017, p. 76).

Tendo dito essas coisas, pode-se afirmar que para os cristãos a régua utilizada para entender o que é justo e injusto se encontra no próprio Deus. Pois sendo Deus um ser bom e justo, tudo aquilo que se encontra fora dele acha-se em injustiça. E muitas foram as formas que Deus se revelou à humanidade – revelando também a sua justiça –, como dito no primeiro capítulo deste trabalho, a saber: (1) conferiu consciência de certo e errado; (2) enviou “bons sonhos” à humanidade; (3) selecionou um povo em particular e incutiu na cabeça dele o tipo de Deus que ele é; (4) enviou seu filho Jesus (LEWIS, 2017).

No entanto, ainda resta uma questão: mesmo que Deus não tenha criado o mal, de alguma forma ele permite sua existência. Como o mal existente no universo dialoga com a soberana vontade de Deus? Se Deus é bom e onipotente, por que ele permite a existência do mal? Para Lewis (2017), essa questão está diretamente relacionada com a liberdade que Deus concede ao homem. Embora não seja da vontade de Deus que o homem faça aquilo que é mal, a liberdade concedida por Deus possibilita tanto a ação boa como a má.

Oliveira (2019) levanta uma questão onde J. L. Mackie argumenta que Deus poderia ter criado um universo em que os homens fossem capazes de agir livremente, contudo, escolher sempre o bem, seja qual for as circunstâncias. Sendo esse universo logicamente possível, “Deus não estaria submetido ao dilema de criar ou robôs determinados, ou seres livres nos quais os males estariam necessariamente acompanhados de sua liberdade” (OLIVEIRA, 2019, p. 5).

Entretanto, uma vez que o mal se apresenta como “a busca de algum bem, mas de maneira errada” (LEWIS, 2017, p. 77), isso significa que se Deus eliminar a liberdade do homem de fazer o mal, ele teria também que eliminar a liberdade do homem de buscar o bem, “portanto, para criar criaturas capazes de bem moral, Ele deve criar criaturas capazes de mal moral e não pode deixar essas criaturas livres

para realizar o mal e, ao mesmo tempo, impedi-las de fazer tal coisa” (OLIVERIA, 2019, apud PLANTINGA, 1974, p. 167), ou seja,

Se alguém é livre para ser bom, também é livre para ser mau. Por que então Deus concede o livre-arbítrio? Porque o livre-arbítrio, embora possibilite o mal, também é a única coisa que torna possível todo o amor, toda a bondade ou toda a alegria. [...] É claro que Deus sabia o que iria acontecer [onisciência] se a liberdade fosse usada de forma errada: aparentemente, ele achou que valia a pena arriscar (LEWIS, 2017, p. 81).

Portanto, para os cristãos, a existência do mal não é um problema incongruente com a existência de Deus, mas afeta diretamente o relacionamento entre Deus e a humanidade, tendo em vista que Deus é um ser pessoal que deseja viver entre os homens (Ex 25,8; Ap 21,3) e o mal – o pecado – rompe com esse relacionamento (Rm 3,23).

Contudo, os cristãos acreditam que, por meio de Jesus, Deus reconciliou consigo todas as coisas, não mais levando em consideração o pecado cometido pelos homens (2Cor 5,19). Portanto, a morte e ressurreição de Jesus é o ponto central do cristianismo e suficiente para responder ao problema que o mal causa ao relacionamento entre Deus e os homens.

Por conta disso, o personagem Jesus, para os cristãos, é muito mais do que simplesmente um grande mestre da moral ou um revolucionário de seu tempo. Ele é, verdadeiramente, o filho de Deus (Mc 14,33). Para provar tal veracidade, Lewis (2018) faz uma análise sobre as declarações que Jesus faz de si mesmo e chega à conclusão de que, realmente, ele não pode ser simplesmente um grande mestre da moral, pois, a única pessoa que pode fazer as alegações feitas por ele “é ora o próprio Deus, ora um completo lunático que sofre do tipo de delírio que compromete a saúde da mente” (Lewis, 2018, p. 197).

Para Lewis (2018), também fica fora de questão a hipótese de que seus seguidores teriam inventado ou exagerado a história, criando, assim, um Jesus lendário; pois, para os Judeus, o povo mais monoteísta de todos, seria impensável criar um Deus que se torna homem – ou um homem que seja Deus. Além disso, servindo-se de sua habilidade acadêmica como historiador literário, Lewis está convencido que os Evangelhos podem ser qualquer coisa, menos lendas:

Já li um número considerável de lendas e estou certo de que não são a mesma coisa. Os Evangelhos não são artísticos o suficiente para ser lendas. Do aspecto imaginativo, eles são desajeitados: não apresentam um desenvolvimento apropriado. A maior parte da vida de Jesus é totalmente

desconhecida para nós, bem como a de qualquer outra pessoa daquela época, e nenhum criador de lendas faria uma coisa dessas. Além de pequenas porções dos diálogos platônicos, desconheço conversas na literatura antiga como aquelas que encontramos no quarto Evangelho. Nada houve de semelhante, sequer na literatura moderna, até cerca de cem anos atrás, quando o romance realista passou a existir (LEWIS, 2018, p. 198).

Portanto, como afirma Lewis (2018), é inimaginável que os judeus monoteístas inventassem um Deus encarnado para adorá-lo, muito menos os evangelhos apresentem-se como histórias lendárias. Também é bastante improvável que os relatos dos evangelhos sejam uma invenção dos judeus do primeiro século, pois, muitas das coisas narradas são ilógicas ao contexto original. Assim exemplifica Keller:

João, autor do Evangelho, nos conta que a primeira testemunha ocular da ressurreição de Jesus Cristo foi Maria Madalena, uma mulher. Todos os especialistas em Bíblia e historiadores lhe dirão que, na época, as mulheres não podiam testemunhar nos tribunais judeus ou romanos. Nessas culturas patriarcais, o testemunho de uma mulher era considerado indigno de confiança e, portanto, inadmissível como evidência. Isso quer dizer que, se você estivesse fabricando um relato de ressurreição a fim de promover uma religião ou movimento, jamais faria de uma mulher a primeira testemunha ocular. [...] A única razão com plausibilidade histórica para as mulheres aparecerem nos relatos [...] é que tudo deve ter acontecido assim (KELLER, 2015, p. 120).

Por conta dessas complexidades dos relatos contidos nos Evangelhos ao apresentar os acontecimentos na forma em que está exposta, é perceptível, tanto pra Lewis quanto pra Keller, que não se trata de uma história que alguém pudesse ter inventado, tendo em vista o quão intrincado se apresenta a narrativa. Nas palavras de Lewis:

A realidade, na verdade, geralmente é algo que você não teria imaginado, e esse é um dos motivos pelos quais eu acredito no cristianismo. Trata-se de uma religião que você jamais teria imaginado. Se ela nos oferecesse apenas o tipo de universo que sempre teríamos esperado, eu teria a impressão de que ela é uma de nossas invenções. Mas, na verdade, a religião cristã não é o tipo de coisa que alguém teria inventado, uma vez que apresenta precisamente o tipo de mudanças que as coisas demonstram (LEWIS, 2017, p. 74).

Por fim, a última objeção a ser respondida se trata do modo pelo qual Deus escolheu intervir no mundo para acabar com o mal. Como questionado no capítulo anterior, por que Deus não acabou com o mal de forma definitiva sendo que ele tem poder para isso? Por que não usar logo sua força total? Diante dessas perguntas, os cristãos têm o entendimento de que isso realmente acontecerá.

Bartholomew e Goheen (2017) afirmam que toda a criação será restaurada de forma definitiva quando o Reino de Deus se instaurar na terra. Inclusive, “a imagem

que melhor capturava a expectativa de Israel era ‘o reino de Deus’. Israel ansiava por um dia quando não haveria ‘rei a não ser Deus’” (BARTHOLOMEW; GOHEEN, 2017, p. 147). Contudo, para os cristãos, o Reino de Deus teve início com a chegada de Jesus e será concretizado, definitivamente, com o retorno do Cristo. Enquanto isso, o Reino de Deus é entendido sob a tensão do “já” e o “ainda não”, isto é, “o reino que Jesus descreve é tanto presente quanto futuro: *já iniciado aqui, mas ainda não aqui em plenitude*” (BARTHOLOMEW; GOHEEN, 2017, p. 175, grifo do autor).

Com isso, há quatro indicações a respeito do reino de Deus: (1) O reino de Deus não vem de uma só vez; (2) no presente, o reino não vem com poder irresistível; (3) o juízo final do reino está reservado para o futuro e (4) a revelação plena do reino é postergada para permitir que muitos entrem nele na era presente (BARTHOLOMEW; GOHEEN, 2017). É esta última indicação a resposta cristã à questão acima proposta.

Os cristãos acreditam que Deus interviu no mundo na pessoa de Jesus inaugurando seu reino e iniciando uma nova era, na qual o mal não mais reina de forma absoluta, mas terá que lidar com os poderes do reino de Deus que se fazem presentes, ainda que não de forma plena. Contudo, ao revelar seu reino, Deus concede uma oportunidade à humanidade caída de arrepender-se e reconciliar-se com ele. Desta forma, o justo juiz não condenará aqueles que estiverem em Cristo, mas os receberá com alegria e graça (Lc 15,11-32). Assim conclui Lewis:

A invasão de Deus é iminente. [...] Quando isso acontecer, será o fim do mundo. [...] Dessa vez Deus virá sem disfarce; algo tão impressionante que causará reações de amor ou horror irresistível a toda criatura. Então, será tarde demais para escolher o seu lado. [...] Essa já não será hora de escolher; será hora de descobrir de qual lado realmente nós escolhemos ficar, quer tenhamos dado conta disso antes, quer não (LEWIS, 2017, p. 101).

Analisando os dados levantados nesta pesquisa, pode-se verificar que os pontos fundamentais da fé cristã levantam discussões tanto entre os que creem como entre os mais céticos. Por conta disso, alguns detalhes de como uma coisa ou outra funciona ou deva funcionar – como o batismo ou a ceia, por exemplo – surge como desconformidade entre os cristãos, contudo, o essencial não é perdido e o significado da crença ainda permanece comum a todos. Já os pontos em que os céticos confrontam, a teologia expõe seu interesse ao diálogo entre as demais ciências apresentando argumentos racionais à altura das objeções propostas, sem deixar de lado o aspecto da fé que faz a religião ser o que é.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se iniciou o trabalho de pesquisa, constatou-se que havia uma considerável divergência dentro do cristianismo no que diz respeito a algumas crenças específicas as quais resultaram em múltiplas divisões dentro da religião. Por conta disso, nota-se a necessidade de analisar os pontos fundamentais do cristianismo, os quais formam uma doutrina concorde a todas as denominações, sendo identificada neste trabalho como “fundamentos da fé cristã”.

Verifica-se, então, que o objetivo geral desta pesquisa foi atendido, tendo em vista que foi possível tanto analisar quanto descrever os pontos centrais ou fundamentais da religião cristã, explicando as crenças em comum aos cristãos de todos os tempos, sendo cada tema analisada sob o ponto de vista de Clive Staples Lewis.

O objetivo específico inicial era descrever os principais pontos do cristianismo na perspectiva de Lewis. Tal objetivo foi atendido ao ser exposto de forma sistemática no primeiro capítulo apresentando, primeiramente, os aspectos da fé, passando pela análise da relação entre Deus e a criação, Deus e o mal, finalizando com Deus e a humanidade; descrevendo a crença cristã em todos esses aspectos, indo desde o princípio – os atributos de Deus e sua criação – até a crença última dos cristãos a qual se trata da esperança escatológica.

O segundo objetivo específico era apresentar as principais objeções que esses pontos atraem. A fim de atender esse objetivo, apresentou-se no segundo capítulo os questionamentos entendidos como relevantes no diálogo com o cristianismo, tais como o problema do mal, o dualismo como uma proposta que desafia o cristianismo, a contestação da crença de um Deus bom, justo e soberano frente a existência de um mundo cruel e injusto, assim como uma sugestão de apresentar Jesus como um grande mestre da moral e revolucionário e não como o filho de Deus, e o questionamento final do porquê Deus não acaba com o mal de forma definitiva.

O objetivo específico final era identificar as objeções do autor aos argumentos contrários à crença apresentada. Desta forma, o objetivo foi atendido no terceiro capítulo ao apresentar de forma coesa como os cristãos entendem o conceito de justiça e o relaciona a Deus, além de identificar o problema do dualismo, expor razões para acreditar que Jesus é mesmo o filho de Deus e que o cristianismo não poderia ser uma religião inventada por alguém, finalizando com a resposta à intervenção definitiva de Deus no mundo.

A pesquisa partiu da hipótese que há um compilado de crenças em comum a todas as denominações cristãs, o qual se apresenta como o firme fundamento que norteia a religião fazendo com que as divergências entre as denominações sejam postas em um plano secundário. Durante o trabalho descobriu-se que determinadas crenças – como o batismo, a ceia, a justificação, entre outras –, que aparentemente é um ponto de divergência entre os cristãos, em sua essência, não apresenta desacordo em significado, confirmando assim, a hipótese, ao identificar que aquilo que é essencial é comum a todos os cristãos.

A fim de chegar na constatação da hipótese, foi realizado um trabalho de pesquisa objetivo, de caráter exploratório, fazendo uso de procedimentos bibliográficos e documentais com base no método histórico comparativo. Diante da metodologia proposta, percebe-se que o trabalho poderia ter sido realizado com uma pesquisa mais ampla da bibliografia a fim de aprofundar nas questões mais divergentes entre os cristãos, levantando em consideração os aspectos históricos e o diálogo entre as partes discordantes.

Sendo assim, este trabalho, ao analisar e descrever os pontos centrais da fé cristã, abre caminho para que futuras pesquisas sejam feitas no âmbito do diálogo entre as denominações e os pontos de divergência, bem como com outras ciências como a filosofia, a sociologia, a antropologia no que diz respeito aos assuntos de interesse mútuo.

REFERÊNCIAS

- AGOSTINHO, Santo. **A natureza do bem / O castigo e o perdão dos pecados / O batismo das crianças**. São Paulo: PAULUS Editora, 2019. v. 40. Livro Eletrônico.
- ALBERIGO, G. (Org.). **História dos concílios ecumênicos**. 2ª ed. São Paulo: Paulus, 1995.
- ANGLADA, Paulo Roberto Batista. **Sola Scriptura: A Doutrina Reformada das Escrituras**. 2ª ed. Ananindeua: Knox Publicações, 2013.
- AQUINO, Santo Tomás de. **Suma Teológica**. [S. l.]: Alexandria Católica, 1265-1273. 4278 p. PDF.
- ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. São Paulo: Martin Claret, 2015.
- BARTHOLOMEW, Craig G; GOHEEN, Michael W. **O drama das Escrituras: encontrando o nosso lugar na história bíblica**. São Paulo: Vida Nova, 2017.
- BÍBLIA de Jerusalém**. Nova edição, revista e ampliada. São Paulo: PAULUS, 2002.
- COSTA, M. R. N. A metafísica Cosmológico/Soteriológica Dualista Maniqueísta. **Princípios: Revista de Filosofia (UFRN)**, v. 9, n. 11-12, p. 219-238, 2 out. 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/principios/article/view/618>> Acesso em: 7 abr. 2021.
- DIEHL, Rafael de Mesquita. **História dos concílios ecumênicos**. Curitiba: InterSaber, 2019. Livro Eletrônico.
- HUME, David. **Diálogos sobre a religião natural**. Salvador: EDUFBA, 2016. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/ngkzd/pdf/hume-9788523218676.pdf>> Acesso em: 6 abr. 2021.
- KEENER, Craig S. **Comentário histórico-cultural da bíblia: Novo Testamento**. São Paulo: Vida Nova, 2017.
- KELLER, Timothy. **Encontros com Jesus: respostas inusitadas aos maiores questionamentos da vida**. São Paulo: Vida Nova, 2015.
- LEWIS, C. S. **A abolição do homem**. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2017.
- _____. **Cristianismo Puro e Simples**. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2017.
- _____. **Deus no banco dos réus**. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2018.

LIMA, Daniel Barros de; SILVEIRA, Sérgio Becker da. Os cinco artigos de fé do arminianismo discutidos no sínodo de dort (1618-1619): um breve estudo histórico teológico. **Revista Pax Domini** | Faculdade Boas Novas | vol. 1 | p. 44 – 66 | jul./dez. 2015. Disponível em: <<http://periodicos.fbnovas.edu.br/index.php/pax>>. Acesso em: 05 out. 2020.

LIMA, Sebastião Hugo Brandão. **A crítica de Nietzsche à religião cristã**. 2015. 115 p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) - Universidade Católica de Pernambuco, Recife, 2015.

LOPES, L. M. O panteísmo na história da filosofia. **Revista Brasileira de Filosofia da Religião**, v. 3, n. 2, p. 103 - 124, 19 out. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/rbfr/article/view/17366>>. Acesso em: 13 fev. 2021.

MCGRATH, Alister E. **Creio**: um estudo sobre as verdades essenciais da fé cristã no Credo Apostólico. São Paulo: Vida Nova, 2013.

_____. **Teologia sistemática, histórica e filosófica**: uma introdução a teologia cristã. São Paulo: Shedd Publicações, 2005.

MCGRATH, Alister E.; PACKER, J. I. (org.). **Fundamentos do Cristianismo**: um manual da fé cristã. São Paulo: Vida Nova, 2018.

OLIVEIRA, Gabriel Reis. O problema lógico do mal. **Revista Seara Filosófica**, Rio Grande do Sul, n. 19, p. 12-28, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/searafilosofica/article/view/15735/10960>> Acesso em: 6 abr. 2021.

REINKE, André Daniel. **Os outros da Bíblia**: História, fé e cultura dos povos antigos e sua atuação no plano divino. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2019.

RENAN, Ernest. **A vida de Jesus**. São Paulo: Martin Claret, 1995.

RICHARDSON, Don. **O fator Melquisedeque**: O testemunho de Deus nas culturas por todo o mundo. 3. ed. rev. São Paulo: Vida Nova, 2008.

SHELLEY, Bruce L. **História do Cristianismo**: uma obra completa e atual sobre a trajetória da igreja cristã desde as origens até o século XXI. Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2018.

SILVA, Lucas Duarte. A lei natural em Tomás de Aquino:: Princípio moral para a ação. **Kínesis - Revista de Estudos dos Pós-Graduandos em Filosofia**, Universidade Estadual Paulista, v. 6, ed. 11, p. 187-199, 2014. Disponível em: <<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/kinesis/article/view/4563>>. Acesso em: 9 mar. 2021.

SPINOZA, Benedictus de. **Ética**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016. 240 p. Livro Eletrônico.

STACKHOUSE, John. Fé. Separata de: MCGRATH, Alister E.; PACKER, J. I. (org.). **Fundamentos do Cristianismo**: um manual da fé cristã. São Paulo: Vida Nova, 2018. cap. 1, p. 26-72.

TOMLIN, Graham. Salvação. Separata de: MCGRATH, Alister E.; PACKER, J. I. (org.). **Fundamentos do Cristianismo**: um manual da fé cristã. São Paulo: Vida Nova, 2018. cap. 4, p. 217-264.

URSINO, Zacarias; OLEVIANO, Gaspar. **O catecismo de Hiedelberg**. Heidelberg: [s. n.], 1563. Disponível em: <http://www.monergismo.com/textos/catecismos/catecismo_heidelberg.htm>. Acesso em: 29 mar. 2021.

WENHAM, G. J. O pentateuco. Separata de: CARSON, D. A. *et al.* **Comentário bíblico**: Vida nova. São Paulo: Vida Nova, 2009. p. 76-91.

WRIGHT, Christopher. A igreja. Separata de: MCGRATH, Alister E.; PACKER, J. I. (org.). **Fundamentos do Cristianismo**: um manual da fé cristã. São Paulo: Vida Nova, 2018. cap. 5, p. 265-333.

ANEXO A – EXEMPLOS DA LEI NATURAL

Todos os exemplos citados neste anexo encontram-se na obra “A abolição do homem” de C. S. Lewis (2017).

- “Não pronuncieis uma palavra que possa ferir alguém” (Hindu. Janet, p. 7)⁷.
- “Ame cada um o seu próximo como a si mesmo” (Judaico antigo. Levítico 19:18)⁸.
- “Será que são apenas os filhos de Atreus que amam as suas esposas? Pois todo homem bom, que é razoável, ama e cuida do que é seu” (Grego. Homero, *Ilíade*, ix. 340)⁹.
- “Lembre a todos que se sujeitem aos governantes, e às autoridades.” [...] “Antes de tudo, recomendo que façam súplicas, orações, intercessões e ações de graças por todos os homens; pelos reis e por todos os que exercem autoridade” (Tito 3:1 e 1Timóteo 2:1,2)¹⁰.
- “A justiça é a intenção determinada e permanente de dar a cada pessoa o que lhe é devido” (Romano. Justiniano, *Instituições*, l. i)¹¹.
- “Não busquei trapacear nem dizer juramentos falsos” (Anglo-saxão. *Beowulf*, 2738)¹².
- “Dei pão aos famintos, água aos sedentos, roupas aos esfarrapados e um barco aos que não tinham” (Egípcio. ERE v. 446)¹³.
- “Portanto, Thor, você cai em desgraça, quando bate em mulheres” (Nórdico antigo. *Hárbarthsljóth* 38)¹⁴.
- “Disse o mestre: ame aprender e, caso seja atacado, esteja pronto para morrer pela causa justa” (Chinês antigo. *Analectos*, viii. 13)¹⁵.

⁷ LEWIS (2017, p. 85).

⁸ LEWIS (2017, p. 87).

⁹ LEWIS (2017, p. 90).

¹⁰ LEWIS (2017, p. 91).

¹¹ LEWIS (2017, p. 97).

¹² LEWIS (2017, p. 100).

¹³ LEWIS (2017, p. 102).

¹⁴ LEWIS (2017, p. 103).

¹⁵ LEWIS (2017, p. 106).